



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA


Campus de Presidente Prudente

Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)


www4.fct.unesp.br/ceget/



SIDNEY CÁSSIO TODESCATO LEAL



**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E
A DISPUTA TERRITORIAL EM TORNO DA LUTA PELA/NA
TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP**



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

PROJETO ESPAÇO AMIGO

SECRETARIA DE ASSIST.
DESENVOLV. SOCIAL

CENTRO DE FORMAÇÃO
E PROMOÇÃO HUMANA



**Presidente Prudente
2013**



SIDNEY CÁSSIO TODESCATO LEAL

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E
A DISPUTA TERRITORIAL EM TORNO DA LUTA PELA/NA
TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP**

Monografia apresentada junto ao
Curso de Graduação em Geografia –
FCT/UNESP, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

**PRESIDENTE PRUDENTE
2013**

SIDNEY CÁSSIO TODESCATO LEAL

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A DISPUTA
TERRITORIAL EM TORNO DA LUTA PELA/NA TERRA NO PONTAL DO
PARANAPANEMA - SP**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia da FCT-UNESP, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior (Orientador)

Profa. Dra. Sônia Maria Ribeiro de Souza

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Presidente Prudente, 25 de Novembro de 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA

L473p Leal, Sidney Cássio Todescato.
O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a disputa territorial em torno da luta pela/na terra no Pontal do Paranapanema / Sidney Cássio Todescato Leal. - Presidente Prudente : [s.n], 2013
99 f. : il.

Orientador: Antonio Thomaz Júnior
Trabalho de conclusão (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Associações. 3. Assentamentos. I. Thomaz Júnior, Antonio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

A tod@s @s trabalhador(a)es que continuam nas trincheiras lutando por uma sociedade livre
do capital

AGRADECIMENTOS

É com grande prazer que agradeço aos meus pais Sandra e Sidney pelo carinho, força e apoio até esta etapa da minha vida; às vezes apenas uma palavra ou um olhar era o necessário. Agradeço aos meus irmãos Carol (minha guitarra humana) e Chico que mesmo longe e em outros mundos sempre me ajudaram nas decisões. Meu muito obrigado !!!

Aos meus tios Neuza e Dorival que me deram abrigo para me preparar para o ingresso na Universidade.

Aos amigos Dra. Lúcia e Dr. Márcio que acreditaram na minha capacidade e não mediram esforços para contribuir na minha preparação para o ingresso na Universidade. Dr. Márcio, hoje nossas preocupações são outras, e vender goiaba na praia, talvez, não seja uma vida tranquila kkk.

Ao meu amigo Abel que sempre me perguntava: “o que você vai fazer com Geografia?” E posteriormente ao ingresso na graduação “o que você vai fazer quando se formar”? “você mudou muito, não deixe de ter aquele sentimento de menino, mas isso também é bom”!

Aos meus amigos e irmãos da Moradia Estudantil: Léo, o Físico mais Filósofo que já conheci; ao Pedro, o Engenheiro Ambiental mais engenheiro que já conheci; à Aline, a bagaceira marxista; à Mariana, sempre receptiva, ao Erick; ao Maycon (Leitoso), quem me ensinou que a Estatística não é a arte de torturar os dados e ainda, deve sempre servir à classe trabalhadora; ao Esdras (Mano Drão); ao Hideki (filho mais velho); ao Rodolfo (filho mais novo), meu fisioterapeuta; ao Felipe (Itapeva), filho caçula; ao Paulo do B2, cultura em pessoa, ao Murilo (Cebolinha), que muitas vezes assumiu minhas funções no rango coletivo em prol da pesquisa; ao Rubão (Irmão) pessoa de posicionamento; à Amanda minha prima sempre preocupada comigo; à Elines (Instrumento!!!); à Flávia (Freiriana); ao Ricardo (Serginho), sempre interessado nos assuntos da Geografia, mesmo sendo estudante de Química; à Ana B. (ah Sidney !!!); à Agda (Agdera); ao Isac; ao Lucas; ao Rodolfo (Marx) e ao Guilherme (Pangaré), por altas discussões.

Obrigado pessoal por me aguentar e pelos debates que me enriqueceram muito enquanto pessoa e Geógrafo.

À Ana, minha mais que namorada, Companheira, que me deu carinho e me aturou nos momentos mais críticos da elaboração dessa monografia. À Janaina (Minha Amante) que me fez conhecer a Ana.

Aos meus colegas da Graduação e das atividades realizadas na faculdade: Bruno (Juba) aí é guerra meu! Ao Leandro Nieves, Herivelton, Mayara, Camila, Nino, Lara, Hellen, Rodrigo Simão, Franciele (Fran), Priscila do Ceará e Priscila Maldonado.

Aos meus colegas do CEMOSi: Felipe, Jaqueline, Dayane a menina que queria ler meu horóscopo e que sempre esteve atenta às nossas angústias; João Baccarin; Diego Cabrero, o mestre em elaboração de mapas; João Paulo; Erick; Paulo Praxedes; Lucas e Kissy.

À todos os meus colegas do CEGeT em especial: Ao João Vitor, sempre atento para ajudar, à Sônia com todo respeito, minha mãe no CEGeT, ao Cacá sempre solícito, ao Gerson um dos caras mais inteligentes e liso que já conheci; ao Juscelino; ao Dourado; ao Fernando Heck e ao Diógenes, o cara que viaja mais que a Dilma e que deixou de viajar para me ajudar nos trabalhos de campo. Obrigado pessoal.

Ao orientador e educador Thomaz, paizão, esse cara me despertou a “enxergar” a Geografia e me fez compreender a ontologia do ser corinthiano.

Aos professores que ao longo desses cinco anos se esforçaram para que eu compreendesse Geografia.

Aos meus companheiros do CEGeo, com estes aprendi que a vida tem que ser vivida e que os ideais políticos devem sempre ser presentes.

Aos camponeses que me receberam em suas casas sem nenhum menosprezo e que me fortalecem a cada dia para continuar lutando por uma sociedade emancipada.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por ter financiado a pesquisa.

E a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram na elaboração deste trabalho.

*“[...] eu tenho uma missão e não vou parar
meu estilo é pesado e faz tremer o chão
minha palavra vale um tiro eu tenho muita munição
na queda ou na ascensão minha atitude vai além
e tenho disposição pro mal e pro bem
talvez eu seja um sádico, um anjo, um mágico,
juiz ou réu um bandido do céu
malandro ou otário, padre sanguinário,
franco atirador se for necessário
revolucionário, insano ou marginal
antigo e moderno, imortal
fronteira do céu com o inferno
astral imprevisível, como um ataque cardíaco no verso
violentamente pacífico, verídico
vim pra sabotar seu raciocínio [...]”*

Racionais Mc's

RESUMO

Nesta monografia buscamos apreender os desdobramentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou a subordinação dos camponeses a ele, e as dificuldades enfrentadas para o atendimento do Programa, bem como a importância da produção de alimentos no Pontal do Paranapanema. O PAA, uma conquista dos movimentos sociais, foi instituído em 2003 pelo governo federal e tem como objetivo estimular e fortalecer a agricultura familiar através da aquisição da produção alimentícia e distribuição a associações comunitárias, entidades carentes como asilos, albergues, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e a populações com insegurança alimentar. O Programa é “operacionalizado” pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em parceria com estados e municípios com verbas destinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Destaca-se que o PAA está sendo um importante instrumento de política pública para comercialização dos alimentos produzidos pelos assentados, contudo, apresenta imposições, entraves e limitações que expressam a subordinação dos camponeses a mais uma política pública que veio para manter.

Palavras-chave: política pública; associações; assentamentos; Pontal do Paranapanema; produção; alimentos.

RESUMEN

En esta monografía se busca analizar y comprender el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), o la subordinación de los campesinos, y las dificultades enfrentadas para la ejecución del mismo, como así también, la importancia de la producción de alimentos en Pontal do Paranapanema. El PAA, considerado como una conquista de los movimientos sociales, fue instituido en 2003 por el Gobierno Federal y tiene como objetivo principal estimular y fortalecer la agricultura familiar, a través de la compra de la producción de alimentos y la distribución a asociaciones comunitarias, entidades solidarias como asilos, albergues, cocinas comunitarias, comedores comunitarios, y poblaciones con inestabilidad alimentaria. El Programa es “operado” por la Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) en cooperación con los gobiernos provinciales y municipales, con financiamiento del Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) y el Ministério de Desenvolvimento Agrário(MDA). Se destaca que el PAA es un importante instrumento de la política pública para comercializar los alimentos producidos por los asentados, sin embargo, presenta impedimentos, trabas y limitaciones que generan subordinación de los campesinos a una política pública concebida para mantener el orden establecido.

Palabras Clave: política pública; asociaciones; asentamentos; Pontal do Paranapanema; producción; alimentos.

Lista de Figuras

Figura 1: Localização dos Assentamentos Pesquisados no Pontal do Paranapanema-SP	15
Figura 2: Territorialização do Agronegócio canavieiro, dos Assentamentos e Situação Jurídica da Terra no Pontal do Paranapanema - 2008.	20
Figura 3: Maracujá com os frutos ainda verdes.....	29
Figura 4: Roça de acerola no lote da presidente da Associação OMUS	45
Figura 5: Tanques de Resfriamento cedidos à Associação	47
Figura 6: Carteirinha (frente e verso) do CadÚnico em Mirante do Paranapanema-SP	72
Figura 7: Placa do Banco de Alimentos de Mirante do Paranapanema-SP.....	73
Figura 8: <i>Kit</i> entregue por família beneficiada pelo PAA em Mirante do Paranapanema-SP	76

Lista de Quadros

Quadro 1: Acesso de Famílias de Agricultores ao PAA de 2011 a 2012.....	26
Quadro 2: ARCA - Entidades Beneficiadas e Municípios Atendidos, em 2012.....	39
Quadro 3: OMUS - Entidades Beneficiadas e Municípios Atendidos em 2012	42
Quadro 5: AAVV- Entidades Beneficiadas e Municípios Atendidos em 2012	49
Quadro 6: Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema - Setor I- Entidade Beneficiada e Município Atendido, em 2012.....	52
Quadro 7: Associação Girassol: Entidades Beneficiadas e Municípios Atendidos em 2012 .	59
Quadro 8: Preços praticados por quilograma no CEAGESP e PAA de alguns alimentos em 2013	71

Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos 2003 a 2012.....	23
Tabela 2: Número de Famílias beneficiadas por grupos-organização, 2012.....	24
Tabela 3: Assentados Participantes do PAA no Pontal do Paranapanema em 2012.....	27
Tabela 4: ARCA – Quantidade de alimentos entregues para o PAA (2011 a 2012).....	40
Tabela 5: OMUS - Quantidade de Alimentos Entregues ao PAA (2011 a 2012)	43
Tabela 6: AAFM- Quantidade de bebida láctea entregue para o PAA em 2011 e 2012	48
Tabela 7: AAVV – Quantidade de alimentos entregues para o PAA em 2012.....	49
Tabela 8: Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema Setor I - Quantidade de alimentos entregues para o PAA em 2012	53
Tabela 9: GIRASSOL - Quantidade de Alimentos entregue ao PAA em 2012.....	59

Lista de Siglas

AAAFM = Associação Agropecuária André Franco Montoro

AAMA= Associação dos Assentados do Margarida Alves

AAVV = Associação Agropecuária Vale Verde

APM = Associação de Pais e Mestres

ARCA = Associação Regional de Cooperação Agrícola

CEAGESP = Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

CETAS = Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde

CESP = Companhia Energética de São Paulo

COMSEA = Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CONAB =Companhia Nacional de Abastecimento

CRAS = Centro de Referência de Assistência Social

DAP = Declaração de Aptidão ao Pronaf

MDA = Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OMUS = Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV

PAA = Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE = Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPAIS = Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social

PRONAF = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIM = Serviço de Inspeção Municipal

SAF = Secretaria da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
1. INTRODUÇÃO.....	19
2. ACESSO AO PAA NO PONTAL DO PARANAPANEMA	26
3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E O PAA.....	32
4. IDENTIFICANDO OS SUJEITOS E AS ASSOCIAÇÕES NO ÂMBITO DO PAA NOS ASSENTAMENTOS.....	38
4.1 As associações em torno do PAA no Assentamento Gleba XV de Novembro.....	38
4.1.1 Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA).....	39
4.1.2 Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV (OMUS).....	41
4.1.3 Associação Agropecuária André Franco Montoro (AAAFM)	46
4.1.4 Associação Agropecuária Vale Verde (AAVV).....	48
4.2 As Associações e ou/ cooperativas no âmbito do PAA no Assentamento São Bento	50
4.2.1 Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal do Paranapanema (COCAPAR).....	51
4.2.2 Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema - Setor I.....	52
4.3 As Associações no âmbito do PAA no Assentamento Margarida Alves	54
4.3.1 A Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA).....	55
4.3.2 A Associação Girassol do Assentamento Margarida Alves	57
6. OS DESAFIOS PARA OS ASSENTADOS NA ÓRBITA DAS DETERMINAÇÕES DO PAA E A LUTA PELA/NA TERRA	67
7. LIMITAÇÕES E ENTRAVES IMPOSTOS PELO PAA.....	69
8. O PAA E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA? E A SOBERANIA ALIMENTAR?.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
ANEXOS.....	85

APRESENTAÇÃO

Adentrar no universo da pesquisa nos fez refletir para quem a pesquisa deveria servir e para quais finalidades. Nesse sentido, nosso engajamento sempre esteve cravado na crítica. Esta embasada na prática e referenciais teórico-metodológicos que questionam a realidade imposta e reivindicam a liberdade do trabalho, a liberdade das mulheres, a liberdade dos homens, ou seja, uma sociedade emancipada. Assim, nossa pesquisa sempre esteve na busca em questionar as determinações, imposições, os conflitos, subordinações e de apontar os desafios. Portanto, nossas forças foram direcionadas para que esta monografia sirva de alguma forma para atender as reais necessidades da classe trabalhadora.

Essa monografia é resultado das atividades, referente ao projeto de pesquisa “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em Torno da Luta pela/na Terra no Pontal do Paranapanema”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior. Contém resultados do que havíamos proposto no plano de trabalho, ou seja, apreender os desdobramentos dessa política pública, ou a subordinação dos camponeses a ela, e as dificuldades enfrentadas para o atendimento do Programa, bem como a importância da produção de alimentos para a classe trabalhadora.

Esse assunto nos veio em um momento em que compreender os desdobramentos do Programa de Aquisição de Alimentos nos assentamentos de reforma agrária se tornou primordial diante das contradições imanentes ao processo de política pública, voltada para “atender” os camponeses na luta cotidiana em busca da reprodução social.

Ainda, nos preocupou o fato de que poucas bibliografias tratam do Programa no universo dos camponeses assentados. Em relação à agricultura familiar às pesquisas já demonstram cobertura com importância¹. Todavia, em relação à realidade dos assentamentos rurais, oriundos da luta pela terra, poucos trabalhos de pesquisa estão abordando esse recorte, principalmente no Pontal do Paranapanema.

Parece-nos que não é interessante por parte dos cientistas sociais estudarem criticamente um instrumento de política pública que traz consigo contradições que estão se expressando em um ambiente criado sobre uma conjuntura que ainda favorece a elite agrária

¹ VELOSO, 2011; HESPANHOL, 2009.

em detrimento da luta pela Reforma Agrária tão reivindicada pela classe trabalhadora. No entanto, estamos apresentando algumas reflexões próprias do plano de trabalho proposto, que já nos possibilita trabalhar e discutir o assunto com mais segurança.

Nessa seara, para recorte de nossa pesquisa escolhemos três assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema, território conhecido pelos conflitos em torno da Luta pela/na terra entre sem-terras x grileiros e recentemente sem-terras x grileiros disfarçados de empresários do ramo da indústria sucroalcooleira, sendo eles: o Assentamento Gleba XV de Novembro, o primeiro de 113 no Pontal do Paranapanema, homologado em 1984, referência na luta pela terra organizada entre trabalhadores sem terras e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), localizado entre os Municípios de Rosana-SP e Euclides da Cunha Paulista-SP (Mapa 1), o Assentamento São Bento, localizado no Município de Mirante do Paranapanema-SP (Mapa 1) começou seu processo de instalação, depois de 22 ocupações e 21 despejos em 1994, e por último não menos importante, o Assentamento Margarida Alves localizado no Município de Mirante do Paranapanema-SP (Mapa 1) homologado em novembro de 2006, fruto de acampamento por mais de cinco anos.

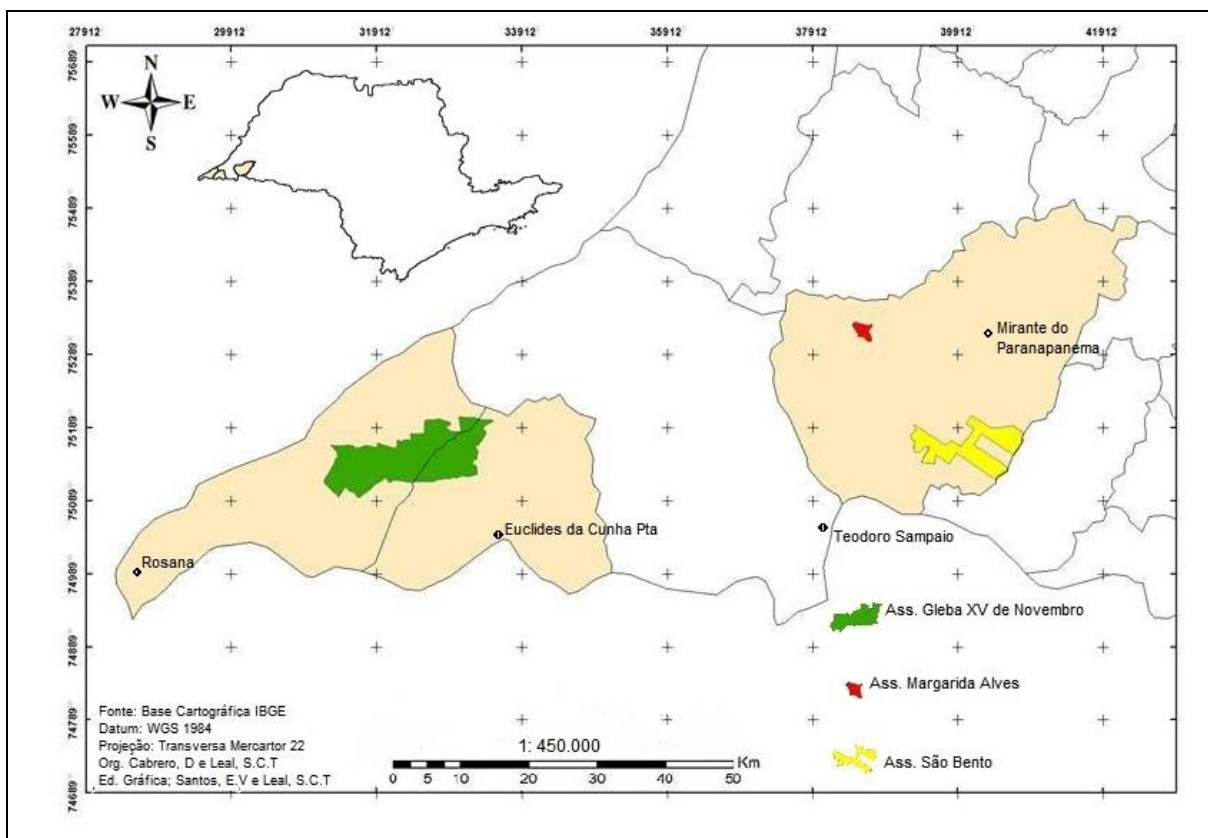


Figura 1: Localização dos Assentamentos Pesquisados no Pontal do Paranapanema-SP

A abrangência territorial do Assentamento Gleba XV de Novembro e Assentamento São Bento, para nós foi um desafio, no entanto, as ações bem sucedidas da pesquisa, como os Trabalhos de Campo e entrevistas nos possibilitou conseguir informações de extrema importância em relação aos assentamentos/assentados que estão envolvidos na órbita do PAA. Essas ações também se somaram aos debates realizados no interior do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), coordenado pelo orientador, professor Antonio Thomaz Junior, tendo em vista outros projetos de pesquisa sobre PAA, PNAE, bem como nos espaços dos eventos acadêmicos e de discussões políticas promovidos pelos movimentos sociais. Contudo, também entendemos que a pesquisa é uma ação dinâmica e que a continuidade é necessária devido os resultados já alcançados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos estabelecemos os seguintes procedimentos metodológicos para realização desta pesquisa:

Realizamos levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, monografias e textos publicados em periódicos que tratam da questão. Privilegiaremos também textos e documentos, publicados em periódicos eletrônicos e via *internet* para ampliar nossa discussão.

Com o intuito, concomitante, de se obter informações e de se discutir com sujeitos que estão envolvidos com o tema proposto, utilizamos a metodologia da entrevista semiestruturada. Para Colegenese e Mélo (1998, p. 143): “Entrevista-se porque acredita-se que o entrevistado detém informações que, transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões.”

Como queríamos obter informações e, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo com os entrevistados padronizamos as entrevistas em semidiretivas. Segundo Colegenese; Mélo (1998, p. 144):

Entrevista semi-diretiva (semi-estruturada): nela a formulação da maioria das perguntas prevista com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada. O entrevistador tem uma participação bem mais ativa em relação a entrevista não-diretiva, embora ele deve observar um roteiro mais ou menos preciso e ordenado de questões. Contudo, apesar de observar um roteiro, o entrevistador pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto. (grifo do autor).

Neste tipo de entrevista, tivemos que ficar atentos para que as perguntas adicionais não tornassem o assunto complexo deixando o entrevistado em uma situação de desconforto e até mesmo fugisse de alguns assuntos pertinentes que foram indagados.

Optamos pela entrevista oral, pois esta revelou indagações, angústias, relações implícitas, tensões, conflitos, sentimentos que revelou traços de uma época, de uma condição atual, de um contexto. Esse tipo de entrevista também permitiu que fossemos indagados o que contribuiu para o enriquecimento da pesquisa, pois, algumas dúvidas foram sanadas e alguns preconceitos derrubados.

De início nossa proposta era que as entrevistas fossem feitas de forma individual o que não foi possível com todos os sujeitos, pois quando algo se tratava da unidade familiar e das relações de trabalho no lote a família se reunia. Acreditamos que essa situação não prejudicou as entrevistas pelo contrário, contribuiu de forma relevante. A entrevista se realiza em meio às discussões e afirmações.

Para conforto dos entrevistados nos apresentávamos e explicávamos qual era o propósito da pesquisa e para que fim gostaríamos que a pesquisa fosse servir. Assim, também dávamos algumas sugestões de como a entrevista poderia proceder e de que como aquelas falas iam compor os textos.

Para dar suporte as entrevistas, elaboramos roteiros para os diversos sujeitos nos quais constavam eixos e questionamentos que cercam o tema da pesquisa. Sendo o mesmo roteiro para os associados, que se diferenciava do roteiro dos presidentes das associações e este que se diferenciava dos roteiros dos representantes dos movimentos sociais que se diferenciava dos roteiros dos representantes das entidades e assim sucessivamente.

Sendo assim, entrevistamos representantes das associações, os associados/assentados, representantes das entidades consumidoras/recebedoras dos alimentos, representantes de movimentos sociais e representantes de Administração de municípios que estão atuando no âmbito do PAA.

No Assentamento São Bento, conseguimos entrevistar dois representantes da Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal (COCAPAR) e também entrevistamos o presidente da Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema Setor I.

No Assentamento Gleba XV de Novembro entrevistamos a Presidente da Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA) e mais quatro membros. Também entrevistamos quatro membros da Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV (OMUS), sendo um deles a Presidente da Associação. Além, entrevistamos três membros da Associação Agropecuária André Franco Montoro (AAAFM), sendo um deles o tesoureiro da Associação. Por último, no Assentamento, e não menos importante, entrevistamos quatro membros da Associação Agropecuária Vale Verde (AAVV) sendo um deles o Presidente da Associação.

No Assentamento Margarida Alves entrevistamos quatro membros da Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA). Também, entrevistamos quatro membros da Associação Girassol do Assentamento Margarida Alves (GIRASSOL), sendo um deles a presidente da Associação.

No concerne aos representantes de Movimentos sociais entrevistamos dois sujeitos, o Coordenador do Setor de Produção do MST no Pontal do Paranapanema e um membro da Coordenação Nacional do MST e da Coordenação da Via Campesina no Brasil.

Dos representantes de Administração Municipal e entidades consumidoras entrevistamos a Assistente Social e o fiscal responsáveis pelo Banco de Alimentos em Mirante do Paranapanema-SP. Também no município entrevistamos uma representante do Centro de Formação e Promoção Humana que recebe alimentos dos assentados por intermédio do Banco de Alimentos.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Para conforto dos entrevistados e como afirmado no início de algumas entrevistas decidimos não utilizar o nome por extenso dos sujeitos no texto da monografia. Assim, utilizamos as iniciais dos nomes completo.

Nessa conjuntura, coletamos informações primárias e secundárias que possibilitaram análises, sínteses, interpretações e avaliações que foram trazidas para o texto em momentos oportunos. Ainda, realizamos registros fotográficos dos ambientes por nós visitados.

Também coletamos dados principalmente nos *sites* da Companhia de Abastecimento do Estado de São Paulo (CONAB) utilizando com frequência a Transparência Pública do PAA e os documentos de avaliação do Programa. Também recolhemos informações nos *sites* do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

Para a realização do Mapa “Localização dos Assentamentos do Recorte da Pesquisa, no Pontal do Paranapanema”, utilizamos a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações cartográficas do Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a projeção transversa de Mercator 22, os *softwares Microsoft Power Point* e *ARC Gis 9.3*. A tabulação dos dados que aparecem nas tabelas e nos quadros foram realizadas no *Microsoft Office Excel 2007*.

Essencial, também, foi a participação em debates de eventos da geografia ou de áreas afins. Estes momentos trouxeram situações novas para a pesquisa e contribuíram com a discussão em que queríamos realizar e apresentar neste trabalho.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil as dificuldades dos camponeses, que colocam 70% dos alimentos na mesa dos consumidores, para continuarem produzindo é imanente. Isso é evidenciado pela disputa territorial em torno da luta pela terra e pela falta de compromisso com a questão agrária por parte do Estado. Este que no Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 previu destinar para a agricultura empresarial recursos da ordem de R\$ 115,25 bilhões². Já para a agricultura familiar foram previstos, no Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013, recursos na ordem de R\$ 22,3 bilhões³. Desses R\$ 22,3 bilhões só foram disponibilizados R\$18 bilhões⁴.

Esses recursos e inconstantes destinados à Agricultura Familiar são direcionados comumente por meio de Políticas Públicas que não consideram as diversidades territoriais, e na maioria dos casos impõem aos camponeses/assentados os esquemas protagonizados pelos atravessadores e os ditames do mercado, sem contar que não proporcionam apoio técnico efetivo no manejo e na colheita, inviabilizando e/ou encarecendo a produção.

Com base nas experiências em curso, os camponeses continuam subordinados às grandes corporações agroquímico-alimentar-financeiras, em detrimento da priorização do mercado interno, das reais necessidades de consumo dos trabalhadores e da permanência da produção camponesa e da priorização da Reforma Agrária.

O interesse de analisar o PAA também nos tem permitido compreender como a disputa territorial em torno da luta na e pela terra, no Pontal do Paranapanema, é elemento compósito da subordinação dos camponeses ao Estado e às regras do mercado, e como ao mesmo tempo produzir alimentos para o consumo dos trabalhadores pobres, desempregados, descartados das novas sendas do modo de produção, residentes nas periferias urbanas, os coloca na linha de frente de uma nova sociabilidade do trabalho, o que Thomaz Júnior (2012a), denomina de movimento territorial de classe.

² Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portallbb/page100,8623,10806,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=11829&codigoMenu=11721&codigoRet=11785&bread=8_3>. Acesso em: 01 nov. 2013.

³ Plano Safra 2012/2013 assegura valor recorde de R\$ 22,3 bilhões para agricultura familiar. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portall/noticias/item?item_id=10191547>. Acesso em: 01 nov. 2013.

⁴ Plano Safra 2013/2014 é debatido em Brasília por Comissão de Agricultura em Brasília. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portall/noticias/item?item_id=12348190>. Acesso em: 01 nov. 2013.

O Pontal do Paranapanema é um território marcado por conflitos agrários, originados pela ocupação ilegal marcada pela expropriação dos indígenas, desmatamento e grilagem⁵. Atualmente esses conflitos são protagonizados por dois grupos sociais, ou seja, de um lado os grileiros, detentores de grandes propriedades rurais, aliados de grandes grupos econômicos do setor agroindustrial canavieiro e, por outro lado, os camponeses que através da luta e das ocupações, retomam parcelas dessas terras, territorializadas através dos assentamentos rurais, mediatizados pela indenização dos grileiros pelo INCRA. (Figura 2)

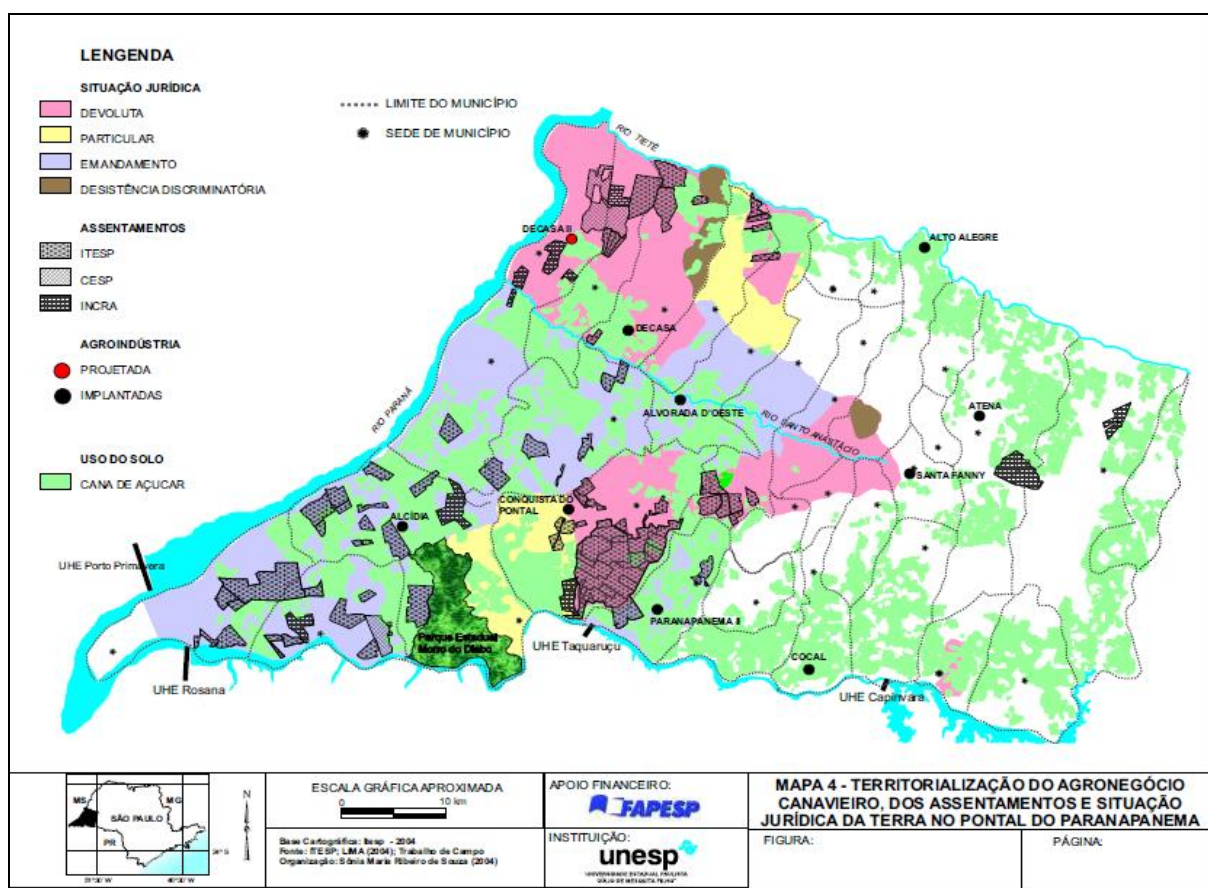


Figura 2: Territorialização do Agronegócio canavieiro, dos Assentamentos e Situação Jurídica da Terra no Pontal do Paranapanema - 2008
Fonte: Thomaz Jr (2009)

Nesse cenário, os assentamentos no Pontal do Paranapanema estão cumprindo importante papel na produção de alimentos, sendo que, o principal produto que possibilita renda mensal aos assentados é o leite⁶; em torno do qual se movimenta a economia da região e

⁵ Cf. FELICIANO, 2009.

⁶ Cf. MAZZINI, 2006

seu entorno. No entanto, o leite não está sendo o único produto proveniente dos assentamentos, pois há uma diversificação da produção com o cultivo de mandioca, milho, feijão, abóbora, quiabo, frutas, pepino e hortaliças em geral.

Nesse sentido em meio às disputas em todas as instâncias os assentamentos rurais têm mudado a qualidade de vida dos assentados. Contudo, contando com poucos recursos e inconstantes, dificuldades de apoio técnico no planejamento do plantio, no manejo e na colheita inviabilizando produção garantida, como supracitado. Em meio essa seara de conflitos, contradições e subordinações os camponeses são obrigados a acessarem políticas públicas que nada têm de ações efetivas para atender suas reais necessidades, que os desfavorecem e subordinam-nos cada vez mais ao Estado tornando-os “dependentes”.

Nessas circunstâncias, que também se expressam no Pontal do Paranapanema, é que estamos apreendendo os desafios postos para a implementação e territorialização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema considerando-o como um instrumento de política pública do Programa Fome Zero, como também, uma conquista⁷ de luta dos movimentos sociais. Estes que no momento, no Pontal do Paranapanema, são um dos principais articuladores dos projetos que envolvem o PAA.

O Programa foi instituído em 2003 pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006, atrelado ao Programa Fome Zero. O Programa tem como principal objetivo estimular a agricultura familiar por meio da aquisição de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. (HESPANHOL, 2009).

O Programa é “operacionalizado” pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em parceria com estados e municípios com verbas destinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Podem ser beneficiários fornecedores⁸ do PAA os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de

⁷ Cf. LIMA, 2011

⁸ Nomenclatura utilizada pela Conab.

24 de julho de 2006⁹. Os beneficiários fornecedores podem acessar o Programa de forma individual ou por meio de cooperativas, associações que possuem CNPJ.

Para acessar o Programa os beneficiários fornecedores tem que possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Criada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), a DAP é utilizada como instrumento institucional ou como identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas.

O programa realiza as aquisições de alimentos por meio de cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea (CPR-Doação), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Apoio a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), Incentivo à Produção e Consumo de Leite e por último não menos importante e recente a modalidade Compra Institucional¹⁰. Dessas no Pontal do Paranapanema são acessadas, por enquanto, apenas duas, a CPR-Doação e a CPR-Estoque, sendo que as associações que tivemos contato estão acessando o PAA somente por meio da CPR-Doação. O beneficiário fornecedor pode acessar as cinco modalidades simultaneamente.

A CPR-Doação destina-se a aquisição de alimentos de agricultores familiares e camponeses/assentados organizados em grupos, associações ou cooperativas e destinados a entidades que compõem as redes de Proteção e Promoção Social que tenham programas e ações de acesso à alimentação. Já a CPR-Estoque destina-se a aquisição de alimentos de agricultores familiares e camponeses/assentados organizados em grupos, associações ou cooperativas e destinados a formação de estoques públicos de alimentos para posterior comercialização.

Anterior ao decreto Decreto nº 8.026 de 06 de Junho de 2013 o limite para a venda de alimentos no âmbito da CPR-Doação era de R\$ 4.500,00 por beneficiário fornecedor. A partir do Decreto o valor passou para R\$ 5.500,00 por unidade familiar, por ano, independentemente da Unidade Executora. Nas aquisições realizadas por meio de organizações fornecedoras, o limite de participação, por unidade familiar, é de R\$ 6.500,00. Este valor pode ser acrescido para as aquisições de produtos exclusivamente orgânicos, agroecológicos, ou nas aquisições em que pelo menos cinquenta por cento dos beneficiários fornecedores participantes da proposta estejam cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal-

⁹ Lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

¹⁰ A modalidade Compra Institucional foi regulamentada pela Resolução nº 50, de 26 de Setembro de 2012.

(CadÚnico). Pela Modalidade CPR-Estoque de forma individual ou por meio de organizações o limite financeiro de participação por beneficiário é de R\$ 8.000,00 por ano.

No entanto, as associações que tivemos contato e que estão participando do PAA através da modalidade CPR-Doação no momento dos trabalhos de campo, estavam trabalhando com o fechamento dos projetos de 2012 no valor de R\$ 4.500,00.

Em 2012 o MDA liberou cerca de R\$ 47.182.109,00 milhões ao programa, e o MDS R\$ 539.385.022,00 milhões. Assim, as atividades realizadas pelo PAA em 2012 envolveram recursos da ordem de R\$ 586.567.131,00 milhões. Segundo Viegas; Viana (2012, p. 3) [...] os recursos repassados à Conab pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para operacionalização do PAA (Tabela 1) têm sido incrementados significativamente desde sua implantação. Com recursos do MDS, foram operadas as modalidades CPR Doação, CPR Estoque e CDAF e com recursos do MDA, a modalidade CPR Estoque.

Tabela 1: Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos 2003 a 2012

ANO	TOTAL(R\$)
2003	81.541.207
2004	107.185.826
2005	112.791.660
2006	200.954.580
2007	228.352.967
2008	272.490.338
2009	363.381.941
2010	379.735.466
2011	451.036.204
2012	586.567.131
Total	2.784.037.371

Fonte: Viegas; Viana, 2012. Org. Leal, S.C.T.

Com os recursos aplicados, em 2012, o PAA atendeu 1.180 municípios, sendo que destes, 300 situados no Sudeste, dos quais 131 no estado de São Paulo. No ano de 2012 foram beneficiadas 128.804 famílias pela venda de seus produtos (CONAB, 2012). Se considerarmos o número de famílias beneficiadas 128.804 pelo total de recursos aplicados R\$ 586.567.131,00 milhões obtemos o valor médio aproximado de R\$ 4.553,95 obtido por

família no ano, o que equivale a R\$ 379, 49 por mês. No estado de São Paulo, do grupo de famílias beneficiadas por categoria, se destaca as famílias assentadas. (Tabela 2).

Tabela 2: Número de Famílias beneficiadas por grupos-organização, 2012

Grupos/organização	Nº. Famílias	Percentual/%
Assentados	9613	51,89
Agricultura Familiar	8540	46,10
Quilombolas	354	1,91
Agroextrativistas	9	0,04
Pescadores Artesanais	7	0,03
Acampado	0	0
Atingidos por Barragens	0	0
Indígena	0	0
Total	18523	100

Fonte: Viegas; Viana, 2012. Org. Leal, S.C.T.

O número de famílias beneficiadas Assentadas se destaca com o percentual de 51,89% seguida do grupo de famílias classificadas de Agricultores Familiares com 46,10% beneficiados. No entanto, o número de famílias beneficiadas ainda é pouco, talvez por falta de informação de como acessar o Programa, burocracias para acesso, poucas associações/cooperativas acessando o PAA, falta de recursos humanos para atender as famílias e as associações/cooperativas, falhas na operacionalização por parte da CONAB e poucos recursos financeiros disponibilizados pelos órgãos competentes. Segundo Lima (2011, p 59):

Suas informações sobre os desempenhos precisam ser melhores disponibilizadas para poder ocorrer à democratização da progressão ou não da política, assim como as informações sobre o programa para os produtores rurais, como congressos e palestras que o MDS e a CONAB vêm promovendo para capacitar e inserir mais indivíduos no PAA, tendo em vista que este recurso é o único subsídio que está indo para as áreas dos assentamentos.

O PAA vem como um importante instrumento de política pública, contribuindo para a Segurança Alimentar, mas ainda não é uma política consolidada. São poucas famílias beneficiadas e nos assentamentos os recursos de toda ordem ainda não atendem a demanda. Nesse sentido, mesmo com entraves e agravantes o PAA no Pontal no Paranapanema está possibilitando que os camponeses/assentados vendam a produção de alimentos contribuindo

com a segurança alimentar de entidades de apoio a populações carentes, dos povos pobres da cidade e populações em situação de insegurança alimentar, como acampados sem terras.

Nessa conjuntura é que estamos compreendendo quais estão sendo os desafios postos aos camponeses/assentados, as associações, aos representantes das entidades beneficiadas e os movimentos sociais e os sujeitos que estão de forma direta ou indireta participando de projetos que envolvem o PAA, bem como as estratégias/ou não que os mesmos estão utilizando para reivindicar que o Programa se torne uma Política Pública efetiva, estruturante e que atenda as reais necessidade da classe trabalhadora.

2. ACESSO AO PAA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

O acesso por parte dos camponeses/assentados a programas de compra institucional de alimentos, como o PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e mais recentemente o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), mesmo com entraves e agravantes de cunho burocrático e político, está possibilitando o aumento da diversidade de produção, assim como a maior participação da família no trabalho do lote e garantindo a venda da produção¹¹.

No que tange as ações realizadas pela Conab, em 2011¹², 106.000 famílias de agricultores acessaram o PAA no Brasil, sendo 26.935 famílias no Sudeste e 13.302 no estado de São Paulo. Do total de famílias de agricultores para o Brasil 17.351 eram de assentados, destas, 5.743 no Sudeste e 5.297 no estado de São Paulo. Já em 2012¹³ o número de famílias de agricultores que acessaram o PAA no Brasil subiu para 128.804. No sudeste, 32.001 e no estado de São Paulo 18.523. Do total de famílias de agricultores para o Brasil em 2012, 30.620 eram de assentados, dessas no Sudeste 11.122 famílias e no estado de São Paulo 9.613 (Quadro 1).

Quadro 1: Acesso de Famílias de Agricultores ao PAA de 2011 a 2012

Acesso ao PAA	2011		2012	
	Nº/Agricultores	Nº/ Agr. Assentados	Nº/Agricultores	Nº/ Agr. Assentados
Brasil	106.000	17.531	128.804	30.620
Sudeste	26.935	5.743	32.001	11.122
Est. de São Paulo	13.302	5.297	18.523	9.613

Fonte: Viegas; Viana, 2012. Org. Leal, S.C.T.

No Brasil são 1.045.069 famílias assentadas, destas 52.035 no Sudeste e 17.151 no estado de São Paulo¹⁴. Nesse sentido, o estado de São Paulo ganha destaque, pois das 11.122 famílias que acessaram o PAA no Sudeste em 2012, 9.613 eram do estado de São Paulo o que

¹¹ Cf. LE MOAL, 2013 e LIMA, 2011.

¹² Cf. VIEGAS; VIANA, 2011

¹³ Cf. VIEGAS; VIANA, 2012

¹⁴ DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012.

equivale a 86, 43% do total de famílias assentadas e ainda, do total de famílias assentadas no estado de São Paulo 56,04%, em 2012, acessaram o PAA.

Segundo o coordenador do setor de produção do MST, no Pontal do Paranapanema: [...] *Tem ai uma porcentagem grande de famílias, eu acredito que deve chegar a 50% das famílias que trabalham com o PAA* [...] (C.M.S). No Pontal do Paranapanema em 2012, segundo dados disponibilizados pela Conab¹⁵ em número de assentados participantes do PAA, por Município, o Programa contou com a participação de 18 municípios e 6.466 **Assentados**¹⁶ (Tabela 3) o que é diferente do número de famílias, pois constatamos que em algumas famílias têm-se mais de uma pessoa acessando o PAA.

Tabela 3: Assentados Participantes do PAA no Pontal do Paranapanema em 2012.

Municípios	Nº de Assentados
Caiuá	372
Estrela do Norte	4
Euclides da Cunha	519
Marabá Paulista	560
Martinópolis	19
Mirante do Paranapanema	2028
Narandiba	11
Piquerobi	35
Presidente Bernardes	192
Presidente Epitácio	720
Presidente Prudente	54
Presidente Venceslau	395
Rancharia	206
Regente Feijó	1
Ribeirão dos Índios	9
Rosana	290
Sandovalina	453
Teodoro Sampaio	598
Total	6.466

Fonte: Viegas; Viana, 2013b. Org. Leal, S.C.T

Desses, assentados, 2.028 são de Mirante do Paranapanema, município onde se localizam os Assentamentos São Bento e Margarida Alves, objeto da nossa amostra de pesquisa. Euclides da Cunha aparece com 519 e Rosana com 290 acessos, onde está

¹⁵ Viegas; Viana, 2013b.

¹⁶ Repare que é o número de *assentados* e não de famílias, pois, no Pontal do Paranapanema tem-se 6.248 famílias assentadas DATALUTA (2011).

localizado o Assentamento Gleba XV de Novembro. Entendemos que em Mirante do Paranapanema o número de assentados que acessaram o PAA foi maior devido também ao maior número de assentamentos, ou seja, 33¹⁷.

Apesar do número de assentados vinculados ao PAA, se considerarmos um acesso por família, nos Assentamentos Gleba XV de Novembro e São Bento, ainda é expressivo aqueles que não obtêm êxito devido às exigências, burocracias e ausência de associações com projetos voltados para o PAA e até mesmo por falta de divulgação do programa. No Assentamento Gleba XV de Novembro são apenas quatro associações envolvendo 130 assentados/associados que estão entregando alimentos ao PAA. Considerando a média de um acesso por família no Assentamento, esse número equivale a 22,76% das famílias. No Assentamento São Bento, conseguimos constatar que apenas 19 assentados/associados/cooperados estão acessando o PAA, também considerando um acesso por família, temos 10,43% do total de famílias assentadas. No Assentamento Margarida Alves constatamos que são 78 associados acessando o PAA por meio de duas associações, o que equivale, considerando um acesso por família 86,66% das famílias.

Nesse sentido, segundo o coordenador do setor de produção do MST do Pontal [...] *falta instrumento, que seria associações ou cooperativas legalizadas para poder ter as famílias para acessar esse programa* [...] (C.M.S).

Apesar de poucas famílias assentadas estarem acessando o PAA, e o mesmo apresentar falhas na operacionalização, estamos apreendendo que como um instrumento de Política Pública está possibilitando que os assentados vendam o que estão produzindo nos lotes, e com isso incentivando o trabalho familiar e a diversificação da produção nos assentamentos¹⁸. Conforme o coordenador do setor de produção do MST do Pontal do Paranapanema: [...] *Hoje com essa questão do PAA e com as orientações do Setor de produção do MST a gente vê uma grande diversificação na área de produção* [...] (C.M.S).

Nos assentamentos que estamos realizando a pesquisa os assentados estão dedicando maior importância para a produção de quintal e criando estratégias de produção diversificada de hortaliças, legumes, tubérculos, e frutas que produzem várias safras o ano inteiro, como a acerola, o maracujá (Figura 3), o mamão entre outras.

¹⁷ DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012.

¹⁸ LE MOAL (2013) também faz alguns apontamentos nesse sentido.

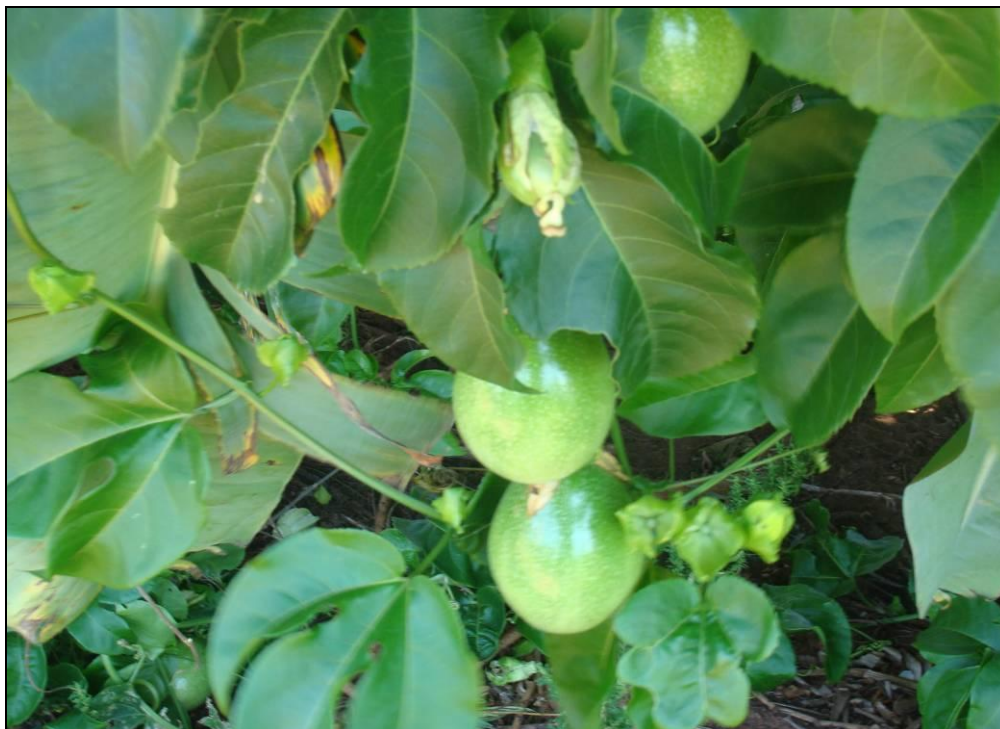


Figura 3: Maracujá com os frutos ainda verdes

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Le Moal (2013) em pesquisa realizada no Pontal do Paranapanema, sobre o PAA, nos assentamentos rurais, argumenta que:

Através do PAA eles conseguem, por exemplo, ampliar sua renda com produtos como frutas e legumes, antes pouco valorizados no lote. Com efeito, o programa conhece uma resposta rápida por parte dos agricultores, que reorientam sua produção para fornecimento de alimentos. (p.92)

Essa realidade somada às iniciativas dos movimentos sociais em divulgar os programas nos assentamentos está incentivando os assentados que apresentavam receio a essas políticas de governo a estarem acessando os programas e se comprometendo com a produção de alimentos para atender as demandas do Mercado Institucional.

Dos projetos atendidos no ano de 2012 pelo PAA no Pontal do Paranapanema, a maioria foi por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea (CPR-Doação). A CPR-Doação, permite a articulação entre a produção dos assentamentos e as demandas locais de suplementação alimentar. Sendo assim, há uma demanda por alimentos que comumente já são

produzidos nos assentamentos e que agora os assentados estão tendo oportunidade para vendê-los, apostando, pois, na diversificação, cada vez maior, para atender ao Programa.

O PAA em nível nacional, no ano de 2012, atendeu 2.185 projetos da modalidade CPR-Doação, sendo 314 projetos do Estado de São Paulo, o que correspondeu ao repasse de R\$ 57.517.310,91, advindos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Desses projetos, 83 era do Pontal do Paranapanema, o que equivale aproximadamente 26,43% dos projetos. Nesse sentido, a arrecadação no Pontal do Paranapanema através da modalidade CPR-Doação foi de R\$ 10.356.020,67¹⁹.

Quanto à ocorrência do fenômeno no Município de Mirante do Paranapanema, tiveram 25 projetos atendidos, sendo dois desses no Assentamento São Bento e um no Assentamento Margarida Alves, o que equivale aproximadamente a 30% das CPRs-Doação do estado de São Paulo. Já em Rosana, onde está localizado o Assentamento Gleba XV de Novembro, foram atendidos cinco projetos, o que equivale a aproximadamente 6% das CPRs-Doação atendidas no estado. Desses, na Gleba XV foram acessados quatro projetos.

As associações que acessaram o PAA, em Mirante do Paranapanema, arrecadaram no ano de 2012, pelas CPRs-Doação, cerca de R\$ 2.609.180,14 e as associações do Município de Rosana, mesmo sendo apenas cinco, R\$ 632.968,33. Somadas as arrecadações, por meio das associações, dos assentamentos estudados, têm-se R\$ 3.242.148,47, que equivale aproximadamente 5,6% da verba de repasse do MDS por meio da CPR- Doação para o estado de São Paulo.

Também temos que evidenciar que pela modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar CPR-Estoque, no Estado de São Paulo, o PAA, com verba repassada pelo MDA, atendeu 93 projetos, destinando R\$13.769. 694,15. Desses projetos, 18 eram do Pontal do Paranapanema, e arrecadaram R\$ 1.330.976,60. O Município de Mirante do Paranapanema através dessa modalidade arrecadou R\$ 130.995,00, já o Município de Rosana não participou no ano de 2012. Contudo, nos assentamentos que realizamos a pesquisa nenhuma associação acessou a modalidade.

Nessa conjuntura estamos entendendo que no Pontal do Paranapanema os Assentados estão se vinculando ao PAA e cumprindo com a incumbência de continuarem produzindo alimentos. Nesse sentido, os mesmos estão demonstrando, que nos assentamentos, mesmo com a falta de políticas estruturantes por parte do Estado, **têm** produção. Produção de

¹⁹ Transparência Pública do PAA, 2013.

alimentos para atender as reais necessidades de alimentação dos trabalhadores pobres, urbanos e populações em situação de vulnerabilidade alimentar, acampados e sem terras, contrapondo o modelo agroexportador que se vincula aos grandes conglomerados transnacionais de produção/circulação de *commodities* e produção do D₁ que se estruturam na lógica de produzir alimentos para negócio, os transformando em mercadorias²⁰.

Contudo, estamos apreendendo que a implementação do PAA no Pontal do Paranapanema está se efetivando em meio às contradições e conflitos iminentes à ausência de política agrária e agrícola permanentes destinadas para a agricultura camponesa, sendo, pois esse um dos principais desafios para a ampliação e consolidação do Programa. Nesse sentido é que os questionamentos vêm à tona: O que o PAA está contribuindo para a Reforma Agrária? Qual é o papel dos movimentos sociais frente a essa política? Qual é o papel do Estado como criador?

²⁰ Cf. THOMAZ JR, 2008.

3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E O PAA

[...] a pior propaganda da reforma agrária é um assentamento inviável, porque aí a própria sociedade vai dizer “ah olha lá aqueles pobres não trabalham, aqueles pobres estão cada vez mais pobres” e o PAA ajuda o assentado a ter renda e se ele tem renda ele vai melhorar a casa, ele vai aumentar o seu poder de compra, ele vai aumentar a sua lavoura e isso aparece como um sucesso [...] (J.P.S)

Para este tópico vamos trabalhar com duas entrevistas que realizamos com representantes do MST. Compreendemos que existem ideias e opiniões diversas entre os sujeitos que compõem e fazem parte do Movimento o quer dizer, que nem todas as opiniões expressas pelos entrevistados em relação ao PAA são unânimes. Também temos que deixar claro que nossa intenção não foi esgotar todos os assuntos, muito menos discutí-los somente neste tópico. Também compreendemos que as entrevistas nos permitem avançar e deverão comparecer ao longo de todo processo de elaboração das discussões e resultados aqui apresentados.

No dia 22 de Janeiro de 2013 realizamos entrevista com o Coordenador Regional do Setor de Produção do MST, do Pontal do Paranapanema. Obtivemos informações importantes de como o setor de produção do Movimento está acompanhando o PAA, no Pontal do Paranapanema, como também opiniões do Movimento sobre a implementação do Programa no Território e as estratégias de luta para atender a demanda dos assentados, das associações/cooperativas, sem menosprezar essa alternativa econômica, diante dos mecanismos implícitos de controle imanentes à política pública.

Ainda para contribuir com as discussões e opiniões sobre essa Política Pública, tivemos a oportunidade de entrevistar em 16 de Julho de 2013 um integrante da Direção Nacional do MST e da Via Campesina no Brasil, que trouxe opiniões mais gerais sobre o Programa e algumas posições e discussões que vamos trabalhar a seguir.

Ao longo da história de sua existência o MST sempre reivindicou que o Estado criasse políticas públicas estruturantes e que viabilizassem a venda da produção camponesa. Nesse sentido, desde o início da formação enfatizando o lema “Ocupar e Resistir” e posteriormente “Ocupar, Resistir e Produzir” (FERNANDES, 1994). Uma forma de demonstrar que a

produção nos assentamentos também era uma forma de luta e essa característica precisava ser evidenciada para ser valorizado pelo Estado e também pela sociedade.

De início foram conquistadas políticas de créditos a título de exemplos, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) programas que deixaram muitas das famílias camponesas a mercê dos bancos, endividadas e impossibilitadas de acessarem créditos novamente para a compra de insumos. Nesse sentido, a pressão do Movimento era que o Estado criasse políticas que garantissem a venda da produção nos assentamentos e também da agricultura familiar em geral. Assim, o Dirigente Nacional asseverou:

Então, nós não tínhamos uma formulação mais explícita, mas sempre com as negociações com o governo nós colocávamos que o governo tinha que pensar em políticas de garantia de compra dos produtos dos agricultores, dos assentados e dos pequenos agricultores em geral, até que no meio do governo Lula surgiu então o PAA. (J.P.S)

Além da reivindicação de programas de aquisição de alimentos, o Movimento reivindicava que a Conab enquanto uma empresa pública deveria ser potencializada para intervir na política agrícola voltada para a produção camponesa e não [...] “no máximo atuando como reguladora de estoque de alguns grãos que interessavam para o agronegócio”. (J.P.S). Nesse cenário, é que estamos entendendo que o PAA é uma conquista dos movimentos sociais e que seu processo de construção não aconteceu sem uma correlação de forças e conflitos. Assim, o Coordenador Regional do Setor de Produção afirma:

Olha, o Programa de Aquisição de Alimentos, que é conhecido como PAA, também tem outro que é da Merenda, Alimentação Escolar, esses programas da CONAB, na nossa visão, é uma conquista e uma reivindicação política do MST (Movimento Dos Trabalhadores Sem-Terra) [...] (C.M.S)

Poucas bibliografias por nós consultadas tratam do PAA como uma conquista dos movimentos sociais que lutam pela terra, por políticas estruturantes e por uma sociedade emancipada, relatando-o somente como mais uma Política Pública, diferenciada, por incorporar uma perspectiva de horizontalidade, intensificada a partir da década de 1990, sem evidenciar as principais contradições e os sujeitos envolvidos.

Essas posições são de extrema relevância, no sentido de entender as estratégias dos movimentos sociais como propositores, e que no momento são um dos principais

articuladores do processo de implementação dessa Política, como também nos atentar na crítica aos debates e pesquisas que estão sendo realizados na academia e que influenciam de forma direta a formulação de políticas públicas.

Nesse sentido, não podemos deixar de evidenciar que como um instrumento de política pública, o PAA está contribuindo para a comercialização de parte da produção nos assentamentos e está conseguindo extrair opiniões positivas por parte de alguns camponeses, todavia, não deixando de atuar no controle dos mesmos, expressando contradições e conflitos.

Segundo o Coordenador Regional, o Programa também está contribuindo para a diversificação da produção,

[...] há muitos anos a gente vem lutando e reivindicando do governo para que tivesse uma garantia de comércio, porque os assentados sempre produzia, mas não tinham como comercializar e com a criação desse programa em 2002 começou já a compra antecipada e depois ele se fortaleceu como PAA. De 2007 pra cá ele veio contribuir principalmente na diversificação da produção, então antes do PAA os assentados a sua cadeia produtiva era pecuária leiteira, o leite e os bezerras só [...]

Opinião que não difere da Direção Nacional [...] *“é uma política que garante a diversidade dos alimentos, porque a CONAB se propõe a comprar tudo que o agricultor produz dentro de certos parâmetros”* [...] (J.P.S). No entanto, também reconhece que poucos assentados estão acessando o Programa,

[...] o nosso problema é que o número de assentados que acessam o programa é pequeno ainda, menos de 100 mil, 60 mil, ou seja, menos de 10% de nossa base, mas aquelas famílias que já estão acessando a mudança é imediata, elas já começam a ter uma renda fixa, ele tem uma garantia de venda e isso faz toda a diferença e inclusive, porque na maioria dos casos é possível você programar uma renda mensal, seja para hortaliças, seja para o leite, seja com aves. (J.P.S)

Um de nossos desafios foi compreender através de informações quantitativas e qualitativas como essas transformações estão ocorrendo nos assentamentos, qual a abrangência territorial e de que forma os sujeitos estão sendo envolvidos. Portanto, entendemos que foi de suma importância atentarmos às ações dos órgãos públicos, das associações, das entidades consumidoras e dos movimentos sociais, que de forma direta ou indireta estão envolvidos nos processos que estão ocorrendo no âmbito do PAA.

Quando dialogamos sobre o papel do movimento frente ao PAA as posições foram as seguintes:

Ele atua em várias frentes. Primeiro ele vai desempenhar o papel do movimento social de pressionar permanentemente o governo pra que o governo potencialize mais aquelas linhas que eu falei antes: botar mais recursos, contratar mais gente, transformar de fato a CONAB numa grande empresa de abastecimento de alimentos [...] (J.P.S)

E também procuramos organizar nossa base para que ela... motivar nossa base para que ela se organize para acessar o PAA, porque essa é uma outra característica, o PAA é um indutor da organização da produção, porque os agricultores dificilmente conseguem acessar o PAA, embora a DAP seja individual o melhor esquema para se conseguir um volume maior da produção, para conseguir uma regularidade é que nos assentamentos as famílias se organizem em grupos, em associação se não tiver cooperativa. [...] (J.P.S)

[...] acho que o papel do movimento, acho que a gente sempre teve, tivemos agora em 2012. Eu tive presente numa reunião com o pessoal do Fome Zero lá em Brasília e com o Silvio Porto da CONAB foi buscar mais recurso mais receita, só de nós tá lá era 35 milhões para São Paulo já subiu para 51 milhões com a reivindicação nossa e assim para outros Estados também subiu. Então esse é o papel do Movimento pressionar o governo para mandar recursos para o Estado para atender os assentamentos, as famílias que estão precisando de recursos. Então acho que esse é o papel do próprio Movimento, acho que o outro papel, do próprio setor de produção do Movimento é incentivar e ainda tiver condições dar essa assessoria técnica, administrativa e orientando as associações a entrar no programa e orientar como é que faz né, só que tem que ir além do Movimento Social essa questão de orientar, de dar assistência técnica e jurídica, acho que o governo, o próprio órgão de assistência técnica tinha que ter pessoas capacitadas e contratadas com esse perfil, administradores, contadores, advogados para orientarem para que chegue a todo mundo[...] (C.M.S)

Podemos observar através desses depoimentos que a luta do movimento é constante e que o Programa ainda carece de receita, fato que estabelece correlações de forças entre os movimentos sociais e o Estado. Outra questão interessante é a atuação do MST que vem criando estratégias para atuar não somente no processo de luta pela terra, mas também na luta travada no dia a dia pelos camponeses nos assentamentos, um desafio para o Movimento! Nesse sentido, a orientação é também para que a base se movimente e acesse o Programa, demonstrando que o PAA, na estrutura atual tanto em nível de organicidade interna do Movimento, quanto em nível de relação entre Estado e Movimento, é uma aposta enquanto Luta!

Também percebemos, que a reivindicação do Movimento no que concerne à operacionalização do PAA em relação ao Estado não é só por receita, é também por recursos humanos, técnicos e jurídicos. A falta desses recursos transparece na operacionalização do Programa no Pontal do Paranapanema inviabilizando novos acessos, sobrecarregando associações/cooperativas e gerando problemas em nível de justiça federal.

Nessa seara, no Pontal do Paranapanema o MST vem prestando acessória em algumas associações que estão vinculadas ao PAA pela Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal (COCAPAR), no entanto, segundo o coordenador do setor de produção do MST, não têm conseguido responder à altura, pois atendem 15 Associações, enquanto 100 estão implicadas. Além disso, o Movimento reivindica que esta assistência parta também do Estado, pois no Pontal do Paranapanema, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) não atendem o PAA com prioridade.

Mesmo com um número relevante de associações no Pontal do Paranapanema, muitos assentados querem acessar o PAA, mas não conseguem devido à falta de associações e limitações,

[...] tem muita gente querendo entrar e não consegue, porque não tem associação preparada para isso, porque tem um monte de burocracia também, a associação tem que emitir nota, tem que sair nota, tem que entrar nota então tem todo esse trabalho burocrático que não tem uma assessoria mais intensa uma assistência técnica mais intensa que possa dar conta dessa questão [...] (C.M.S)

As associações estão tendo que caminhar com as próprias pernas para dar conta das exigências burocráticas e há falta de “qualificação” por parte dos assentados para lidar com esta situação. Não há incentivos para a criação das associações, não basta o governo federal afirmar que o PAA incentiva a organização entre pessoas sem criar condições específicas para tal fim, tratar dessa questão apenas no discurso. A maioria das associações por nós pesquisadas (assunto que vamos tratar mais adiante) pagam serviços de terceiros para a realização de trabalhos que envolvem ações burocráticas e financeiras por estarem a mercês das burocracias.

Outra questão que surgiu durante as entrevistas e que envolve o MST na discussão política e estratégica no âmbito do PAA, é a Soberania Alimentar. A esse respeito o coordenador do setor de produção indagou que:

[...] O Movimento defende que toda a comunidade que ta assentada e tem sua terra ela precisa ter uma auto-sustentação na produção, na produção do alimento, porque uma população que não tem a sua soberania alimentar garantida jamais terá condições de fazer qualquer revolução, qualquer alteração, então precisa garantir essa questão da alimentação [...] (C.M.S)

A Soberania Alimentar como proposta dos movimentos sociais comparece em um momento no qual o Estado e a sociedade estão valorizando a produção de *commodities*, em detrimento da produção de alimentos, ou seja, em um ambiente eivado de contradições. Entendemos que é um desafio para o PAA atender a Soberania Alimentar o que exige mudanças estruturais de cunho político e emancipador em um ambiente em que o Estado proporciona a égide das relações de produção capitalista.

[...] nós estamos vivendo uma situação meio esquizofrênica, porque o Estado como Estado a prioridade dele é o agronegócio, grãos, *commodities* para exportação. E ao mesmo tempo no discurso do governo é um discurso que quer priorizar a agricultura familiar e quer ajudar os pequenos. Nós não podemos duvidar dessa intencionalidade, mas na prática está faltando de fato políticas publicas que potencializem mais esses instrumentos do Estado, saia do discurso [...] (J.P.S).

De antemão, existem políticas públicas voltadas para o agronegócio e outras voltadas para a agricultura familiar, expressando a eminente contradição. Nesta conjuntura, nos questionamos se as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar estão de fato contribuindo para que os camponeses continuem produzindo alimentos de qualidade, se tornem independentes e de fato sejam beneficiados da terra de trabalho? Pode ser precoce, mas não é isso que estamos enxergando com o PAA. Nessa conjuntura, estamos entendendo que, para o Movimento, o PAA está colocado como um desafio e deve ser tratado com apreensão por se tratar de uma política pública que está em processo de construção e já revela as mesmas características de outras políticas voltadas para agricultura familiar, ou seja, apaziguar e camuflar os conflitos.

4. IDENTIFICANDO OS SUJEITOS E AS ASSOCIAÇÕES NO ÂMBITO DO PAA NOS ASSENTAMENTOS

Nos assentamentos procuramos sujeitos que estão envolvidos em associações que estão trabalhando com projetos do PAA e militantes de movimentos sociais que estão envolvidos com os projetos na região.

4.1 As associações em torno do PAA no Assentamento Gleba XV de Novembro

O Assentamento Gleba XV de Novembro é composto por 571 lotes, que medem entre 13 e 40 hectares, distribuídos em cinco setores. Os lotes com maior extensão e com terras menos férteis foram destinados às atividades de pecuária. Segundo Iokoi *et al.* (2005) o assentamento contava com 2.159 pessoas, já em 2013 segundo alguns assentados esse número passa de 3000.

Como na maioria dos assentamentos do Pontal, a Gleba tem grande parte de suas terras destinadas para a atividade de pecuária leiteira. Em 2005, segundo Iokoi *et al.* (2005) 63% da área era de pastagens e mais de 13% destinada à culturas anuais que, em grande parte, eram utilizadas para produção de auto consumo e alimentação animal. Com o acesso por parte dos assentados aos programas de aquisição de alimentos, da agricultura familiar, essa situação parece estar se alterando.

De 22 a 24 de Janeiro de 2013 realizamos trabalho de campo na Gleba XV de Novembro e pudemos conferir que há muitas associações formadas pelos assentados, sendo a maioria de produtores de leite. Somente quatro associações estão acessando o PAA: Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV (OMUS), Associação Agropecuária André Franco Montoro (AAAFM), Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA) e Associação Agropecuária Vale Verde (AAVV).

Para conseguir extrair informações sobre a dinâmica e o funcionamento das Associações que estão acessando o PAA realizamos entrevistas com presidentes, tesoureiros e associados. Também realizamos registros fotográficos das áreas dos entrevistados em processo de preparação para produção e áreas que já estão produzindo.

4.1.1 Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA)

A ARCA foi criada em 06 de Junho de 2011 com o intuito de reunir os assentados para acessar o PAA. Segundo a presidenta da associação: “O papel da associação é só mesmo ter acesso ao PAA, é assim, é sem fins lucrativos, é só mesmo para gente ter o CNPJ, que através do CNPJ a gente consegue dar as notas e ter as notas”. (Z.F.G.A)

O endereço de referencia da associação é no Lote 04, Setor 04, Quadra O, da Gleba. No momento é composta por 18 associados e tem como principais funções selecionar os alimentos entregues pelos associados, gerenciar a contabilização e também se responsabilizar por toda a logística. O transporte dos alimentos é feito por um dos associados com carro particular. As despesas com combustíveis são subtraídas de 10% do montante de alimentos vendidos por cada associado.

Atualmente a associação acessa a modalidade Compra com Doação Simultânea (CPR – Doação) do PAA, entregando os alimentos para quatro entidades consumidoras (Quadro 2).

Quadro 2: ARCA - Entidades Beneficiadas e Municípios Atendidos, em 2012

	Entidades Beneficiadas	Categoria	Municípios atendidos
Associação Regional de Cooperação Agrícola – ARCA	Associação Comunitária Por um Teodoro Melhor	Associação Comunitária	Teodoro Sampaio
	Instituto Integração Pontal do Paranapanema	Assistência Social	Teodoro Sampaio
	A.P.M da E.E. Ribeirinhos	Escola	Rosana
	Assoc. Filantrópica Teodoro Sampaio – Mantenedora do Hospital Regional de Teodoro Sampaio	Hospitais	Teodoro Sampaio

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T.

Podemos observar que, apesar do assentamento estar localizado no município de Rosana, a maior parte das entidades beneficiadas são do Município de Teodoro Sampaio. Essa situação ocorre devido a maior proximidade de alguns associados com as entidades de outros municípios, tendo em vista que essas foram escolhidas pela associação. No caso da A.P.M da E.E. Ribeirinhos é uma entidade que faz parte de uma das escolas do Assentamento, assim, o

benefício vem em duas formas, pois os filhos dos associados estudam nessas escolas e comem os alimentos produzidos no seu próprio lote.

A ARCA, de 2011 a 2012 vendeu para o PAA um total de 123.748 Kg de alimentos, arrecadando cerca de R\$ 116.908,00 (Tabela 4).

Tabela 4: ARCA – Quantidade de alimentos entregues para o PAA (2011 a 2012).

Alimentos	Quantidade em Kg
Abóbora Seca	16.599
Abobrinha Italiana	3.365
Alface Crespa	2.240
Almeirão	1.286
Batata Doce	1.828
Cebolinha	1.844
Cenoura	1.356
Cheiro Verde	1.844
Jaca	800
Jiló redondo	3.124
Manga Hadem	3.150
Maxixe	3.000
Melancia	14.171
Milho verde em espiga	21.000
Pepino	1.720
Polpa de Acerola	2.000
Pimentão	536
Quiabo	1.900
Raiz de Mandioca	40.701
Tomate	1.284
Total	123.748

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T.

Os alimentos que se destacam em quantidade são raiz de mandioca, milho verde em espiga e abóbora, mas é primordial que levemos em consideração a unidade da quantidade se compararmos com as hortaliças. Interessante que também aparecem alimentos que fazem parte tradicionalmente da produção do quintal como, por exemplo, a Jaca e a Manga Hadem. Essas frutas tradicionalmente além de contribuir com a alimentação familiar também são plantadas por proporcionarem árvores de grande porte servindo de proteção a casa.

Outro alimento a ser destacado é a polpa de acerola que se torna muito mais vantajoso na venda. A acerola *in natura* está sendo comprada pelo PAA a R\$ 2,50 o quilo, enquanto a

polpa está saindo por R\$ 4,00²¹. A presidenta da associação em uma de suas falas evidenciou a importância da venda da produção de acerola. *“Muitas vezes a gente perdia acerola mesmo, fazia um suco, mas só para consumo, é 30 pé, quem que dá conta é muita coisa. Hoje mesmo a gente catou 13 bacias dessa daqui e deu 15 quilos de polpa e antes isso ia pro lixo.* (Z.F.G.A).

4.1.2 Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV (OMUS)

A Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV (OMUS), Lote 12, Setor II, Quadra E, foi fundada em 1990²², mas já existia como organização desde 1987. Sua formação tem influência na participação das mulheres, na luta por espaços políticos na Gleba XV.

No início do assentamento, tinha associações, mas era dos homens e as mulheres não podiam votar, não podia opinar nem nada, então vimos à necessidade de estar formando a associação das mulheres pra ir, conversar, ter direito a voto. (E.M.S)

Atualmente a Associação também tem a participação de homens e conta com 74 famílias associadas. Dessas, 11 famílias são do Assentamento Porto Maria. A OMUS é envolvida em atividades de organizações ligadas à cultura e à arte, serviços de padaria e confeitaria com predominância de revenda e comércio de alimentos em geral. Os alimentos fabricados e *in natura* são vendidos para o mercado institucional.

A OMUS atualmente vende para o mercado institucional através da modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA, e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo a presidenta, pretendem acessar o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Pela modalidade (CPR – Doação) do PAA a OMUS beneficia 19 entidades (Quadro 3).

²¹ Transparência Pública do PAA, 2013. Disponível em: <
<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1135&t=2>> Acesso em 26/03/2013.

²² Informação segundo a presidenta da Associação.

Quadro 3: OMUS - Entidades Beneficiadas e Municípios Atendidos em 2012

Entidades Beneficiadas	Categoria	Municípios atendidos
Pastoral da Criança	Instituições Religiosas	Curitiba
Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus	Assistência Social	Ilha solteira
A.P.M da E.E Francisca mês Gutierrez	Escola	Rosana
A.P.M da EEPG Rural Prof ^ª . Maria Antônia Zangarei Ferreira	Escola	Rosana
A.P.M. da E.E. Ribeirinhos	Escola	Rosana
A.P.M DA E.M.E.F de Primavera	Escola	Rosana
A.P.M da Escola Estadual Gleba XV de Novembro	Escola	Rosana
Associação das Mulheres Organizadas de Rosana	Assistência Social	Rosana
Associação de Amparo à Criança e Adolescente de Rosana	Assistência Social	Rosana
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	APAE e Similares	Rosana
Associação Mundo Novo	Assistência Social	Rosana
Associação Pro-menor de Primavera	Assistência Social	Rosana
Casa Transitória Espírita "Casa do Caminho"	Assistência Social	Rosana
Centro Espírita Allan Kardec	Instituições Religiosas	Rosana
Comunidade Evangélica primavera	Instituições Religiosas	Rosana
Creche Joanna de Angelis	Assistência Social	Rosana
E.E. João Pinheiro Corrêa	Escola	Rosana
Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Piracicaba – SP	Instituições Religiosas	Rosana
Pref.Munic.de Rosana/Divisão Municipal de Desenvolvimento Social	Outros	Rosana

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

A maioria das entidades atendidas pela OMUS é do município de Rosana, no entanto também atende uma entidade no município de Ilha Solteira, e uma no município de Curitiba-PR.

Em 2011 a OMUS arrecadou cerca de R\$ 160.740,00 do PAA, já em 2012 R\$ 313.020,00. Esse aumento, de 2011 para 2012, pode ser explicado devido ao número de associados também ter aumentado. Enquanto em 2011 a OMUS contava com 38 associados, em 2012 contava com 74. De 2011 a 2012 a OMUS vendeu para o PAA um montante de 294.000 Kg de alimentos (Tabela 5), arrecadando cerca de R\$ 473.760,00.

Tabela 5: OMUS - Quantidade de Alimentos Entregues ao PAA (2011 a 2012)

Alimentos	Kg
Abacate Quintal	1.240
Abacaxi Havai	2.050
Abóbora Paulista	3.200
Abóbora Seca	17.579
Abobrinha Brasileira	4.730
Acerola	16.279
Agrião	1.750
Alface Americana	358
Alface Crespa	6.860
Alface Lisa	3.281
Almeirão	6.530
Amendoim descascado	1.400
Amendoim em casca	401
Banana Maça	740
Banana Nanica	3.890
Banana Prata	2.900
Batata Doce	10.090
Berinjela	3.820
Beterraba	1.240
Bolacha	9.246
Brócolis	632
Caju	130
Caqui Fuyu	500
Carambola	1.206
Cebola	1.274
Cebolinha	7.514
Cenoura	3.450
Chicória	3.620
Chuchu	550
Coco Seco	2.400
Coco Verde	5.950
Couve	4.840
Doce de Leite Pastoso	4.632
Escarola	740
Espinafre	778
Farinha de Mandioca	400
Feijão	1.100
Fruta do Conde	200
Goiaba Vermelha	280
Graviola	700
Hortelã	100
Inhame	403

Jabuticaba	2.891
Jaca	700
Jiló Redondo	1.480
Limão Taiti	2.160
Mamão Formosa	10.198
Mamão Havai	1.090
Manga Hadem	7.262
Manga Keity	3.518
Maracujá Azedo	3.886
Maracuja Doce	1.400
Maxixe	4.000
Mel de Abelha	400
Melancia	7.100
Melão Amarelo	1.120
Milho de Pipoca	640
Milho Verde em espiga	12.081
Ovos de Galinha Vermelho	1.640
Pepino Comum	1.140
Pimentão Verde	1.580
Pimenta Cambuci	449
Polpa de Acerola	1.825
Queijo Artesanal Minas Frescal	300
Quiabo	10.111
Rabanete	188
Raiz de Mandioca com casca	50.362
Repolho	805
Romã	260
Rúcula	3.662
Salsa	3.270
Tangerina Ponkan	5.930
Tomate	1.140
Tomate caqui	360
Tomate cereja	1.619
Vagem Feijão Corado	8.940
Vagem Macarrão	340
Vagem Manteiga	1.910
Total	294.740

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

É importante evidenciar a variedade de alimentos vendidos, pois são mais de 70 tipos entre frutas, leguminosas, hortaliças, tubérculos, cereais e embutidos. Além de alimentos *in*

natura, a OMUS também entrega alimentos produzidos de forma artesanal, como a bolacha²³ a farinha de mandioca, o doce de leite e o queijo. Os alimentos que mais se destacam é a raiz de mandioca com casca 50.362 Kg, seguido da abóbora seca com 17.579 Kg, e em terceiro a acerola com 16.279 Kg.

Outro alimento a ser destacado é o mel de abelha, com 400 kg, já que esse produto está sendo duramente ameaçado devido às pulverizações aéreas na região, sobretudo devido à expansão destrutiva da cana-de-açúcar, em bases mecanizadas. Nos trabalhos de campos e em conversas com assentados estamos sendo notificados sobre o desaparecimento das abelhas, sendo que muitos assentados que praticavam a apicultura dizem não poder mais porque as abelhas estão abandonando os apiários.

Anteriormente ao acesso ao PAA os alimentos produzidos pelos associados eram vendidos para o mercado local e regional, que muitas vezes não era compensatório. *“Eu tenho 600 pés de acerola e nunca tinha conseguido vender um quilo, tinha uma firma no Paraná que pagava 0,20 centavos o quilo e hoje a CONAB paga R\$2,50 o quilo”* (E.M.S).



Figura 4: Roça de acerola no lote da presidente da Associação OMUS

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

²³ Bolacha está no sentido de um tipo de alimento produzido e não de uma marca. Os associados denominam dessa forma e a CONAB também.

O Transporte dos alimentos entregues pela Associação às entidades consumidoras é feito pela Prefeitura de Rosana, já o transporte até os três pontos de coleta no Assentamento é de responsabilidade dos próprios associados.

Para as despesas da Associação com serviços de escritório são descontados, 10% de cada associado da renda adquirida na venda dos alimentos ao PAA. Cada associado da OMUS no ano de 2012, arrecadou cerca de R\$ 4.230,00, dos quais foram descontados pela associação R\$ 423,00, o que equivale à R\$ 35,25 por mês.

4.1.3 Associação Agropecuária André Franco Montoro (AAAFM)

A Associação Agropecuária André Franco Montoro (AAAFM), Lote 06, Setor II, Quadra E, é composta atualmente por 46 famílias produtoras de leite, sendo que 22 acessam o PAA. A Associação surgiu como grupo, desde o processo de transição do acampamento para assentamento, e está registrada desde 2005. Seu nome é uma homenagem ao governador do estado de São Paulo, na época de criação do Assentamento.

A Associação acessa o PAA através da modalidade CPR – Doação do PAA, vendendo bebida láctea. Para a produção da bebida láctea existe um acordo entre a associação e dois laticínios. Um dos laticínios compra o leite *in natura* para a produção de queijos, desse processo é extraído o soro do leite que é repassado a Associação, que repassa para outro laticínio produzir e envasar a bebida láctea. O soro é repassado para a Associação sem nenhum custo adicional, enquanto que para produção da bebida láctea, a Associação contrata os serviços do laticínio.

Para resfriamento do leite a Associação dispõe de dois tanques cedidos pelo laticínio que compra o leite. Atualmente a Associação tem capacidade de produção de 2.500 litros diários. Na época (Janeiro de 2013) o laticínio pagava uma média de R\$ 0,80 o litro de leite. O transporte até os tanques de resfriamento é feito por um dos associados, que cobra R\$ 0,10 por litro de cada associado. O leite armazenado nos tanques é recolhido pelo laticínio a cada dois dias.



Figura 5: Tanques de Resfriamento cedidos à Associação

Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Atualmente a Associação beneficia dez entidades com a entrega da bebida láctea, sendo a maioria do município de Rosana-SP (Quadro 4).

Quadro 4: AAAFM – Entidades Beneficiadas e Municípios Atendidos em 2012

Entidades Beneficiadas	Categoria	Municípios Atendidos
Pastoral da Criança	Instituições Religiosas	Curitiba
A.P.M da E.E Francisca Messa Gutierrez	Escola	Rosana
A.P.M da Escola Estadual Gleba XV de Novembro	Escola	Rosana
Associação Beneficente Bom Pastor	Assistência Social	Rosana
Associação das Mulheres Organizadas de Rosana	Assistência Social	Rosana
Associação Mundo Novo	Assistência Social	Rosana
Centro Espírita Allan Kardec	Instituições Religiosas	Rosana
Comunidade Evangélica Primavera	Instituições Religiosas	Rosana

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

A Associação apesar de acessar o PAA vendendo apenas um alimento beneficia sete entidades de Rosana e uma de Curitiba-PR. A escolha das entidades foi feita com a ajuda do ITESP.

No ITESP de Euclides da Cunha Paulista há um cadastro de entidades que necessitam de doações. Segundo o tesoureiro da Associação o critério de escolha foi à quantidade de crianças atendidas pela entidade. No ano de 2011 a Associação arrecadou cerca de R\$ 93.059,70, vendendo 54.741 Kg²⁴ de alimentos, já em 2012 R\$ 152.279,20, e vendendo 89.576 Kg de bebida láctea. (Tabela 6).

Tabela 6: AAFM- Quantidade de bebida láctea entregue para o PAA em 2011 e 2012

Anos	Quantidade de Bebida Láctea em Kg
2011	54.741
2012	89.576
Total	144.317

Fonte: CONAB, 2013.Org. Leal, S.C.T

Segundo o tesoureiro, a Associação tem capacidade para entregar às entidades cerca de 20.000 a 21.000 litros por mês de bebida láctea. Antes o soro utilizado para a produção da bebida, quando devolvido pelo laticínio à associação, servia de alimentação para os animais.

4.1.4 Associação Agropecuária Vale Verde (AAVV)

A Associação Agropecuária Vale Verde (AAVV), Lote 4, Setor II,I Quadra M, legalizada em 2006, foi formada com o intuito de reunir os assentados para lutarem por melhoria nas condições de produção e para acessarem melhores preços na venda do leite. Atualmente conta com 30 associados produtores de leite, desses 21 acessam o PAA. Estes participam do PAA através da modalidade CPR-Doação e beneficia três entidades do Município de Rosana (Quadro 5).

²⁴ Unidade utilizada pela CONAB.

Quadro 4: AAVV- Entidades Beneficiadas e Municípios Atendidos em 2012

Entidades Beneficiadas	Categoria	Municípios Atendidos
Associação Pró-Menor de Primavera	Assistência Social	Rosana
Creche Joanna de Angelis	Assistência Social	Rosana
Prefeitura Municipal de Rosana	Outros	Rosana

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

O transporte dos alimentos até as entidades é feito pela própria Associação. Segundo o presidente da Associação eles estão reivindicando que a Prefeitura faça o transporte.

Isso aí nós estamos brigando com a prefeitura para vê se consegue, mas a prefeitura disse que tem que ver juridicamente se isso pode ser feito [...], aqui nós conversamos com a prefeita esses dias, eu fui lá conversar, ela falou bem assim: - olha eu não sei, o que eu ouço falar não pode vamos ver com o jurídico se há possibilidades [...]. (V.T.S)

Esse depoimento é interessante, pois a associação OMUS, como já citado acima, recebe esse tipo de apoio da Prefeitura de Rosana. Nesse sentido, poderíamos questionar se a posição da Prefeitura em não dar apoio ao transporte à AAVV é uma estratégia utilizada para não atender a demanda das associações.

Apesar de não receber apoio logístico a Associação entregou para as entidades 83.910Kg de alimentos, no ano de 2012 (Tabela 7) e arrecadou cerca de R\$ 88.830,00. Esse total arrecadado, dividido pelo número de associados que acessam o PAA resulta em R\$ 4.230,00. Segundo o presidente da Associação esse é o teto máximo para que nenhum associado ultrapasse o valor de R\$ 4.500,00.

Tabela 7: AAVV – Quantidade de alimentos entregues para o PAA em 2012

Alimentos	Quantidade em KG
Abacate Quintal	2.000
Abacaxi Havai	2.000
Abóbora Paulista	3.000
Abóbora Seca	8.860
Alface Americana	8.000
Alface Crespa	8.000
Almeirão	1.000
Banana Nanica	3.000
Batata Doce	500

Berinjela	500
Beterraba	500
Cebola	1.000
Cebolinha	3.000
Cenoura	300
Cheiro Verde	2.000
Chuchu	200
Coco Verde	6.000
Couve	300
Jiló	400
Limão Taiti	100
Mamão Formosa	300
Maracujá Azedo	500
Maxixe	1.000
Milho Verde em espiga	10.000
Pepino	1.000
Pimentão Verde	500
Pimentão Vermelho	2.000
Pimenta Verde	2.000
Raiz de Mandioca	15.000
Repolho	200
Rúcula	300
Tilápia <i>in natura</i>	100
Tomate	200
Vagem Feijão Corado	150
Total	83.910

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

Os alimentos mais vendidos em peso, para o PAA, no ano de 2012, foram: raiz de mandioca, 15.000 Kg, seguido do milho verde em espiga, 10.000 Kg, e em terceiro abóbora seca, com 8.860 Kg (Tabela 7).

4.2 As Associações e ou/ cooperativas no âmbito do PAA no Assentamento São Bento

O Assentamento São Bento depois de 22 ocupações e 21 despejos das famílias envolvendo conflitos entre trabalhadores, jagunços, policiais e tentativas de acordos/negociações entre Estado e fazendeiros, foi instalado em 1994. O Assentamento, resultado da territorialização do processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, conta com uma extensão territorial de 5.190 hectares divididos em 4 setores. No momento encontram-se aproximadamente 183 famílias assentadas.

Realizamos o trabalho de campo de 27 a 28 de Fevereiro de 2013. Realizamos entrevistas com o presidente da Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema Setor I e com membros da Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal do Paranapanema (Cocapar), da mesma forma que registros fotográficos.

4.2.1 Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal do Paranapanema (COCAPAR)

A COCAPAR está sediada no Município de Euclides da Cunha Paulista e foi criada em 1998 com o intuito de possibilitar formas de geração de renda e de melhorar as condições de produção e de vida dos cooperados. Estes são assentados dos Municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista, Presidente Venceslau e Presidente Bernardes.

Desde a criação do PAA em 2003 e sua implantação no território nacional, a região do Pontal do Paranapanema vem acessando o Programa. Em 2005 a COCAPAR²⁵ foi uma das pioneiras a acessar a modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar.

Anteriormente os projetos implementados no Pontal do Paranapanema, gerenciados pela CONAB, eram acessados pela Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal (COCAMP), e em razão de seu engessamento devido a conflitos políticos e problemas jurídico-financeiros, a COCAPAR vem realizando esse papel e se tornou um dos meios de articulação na esfera produtiva do MST na Região.

No ano de 2006 e 2007 no Pontal do Paranapanema não houve acesso à modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar. Já em 2008 a modalidade foi acessada por quatro organizações, sendo uma delas a COCAPAR. Nesta época acessaram o Programa por meio da COCAPAR, 41 agricultores, sendo 13 de Mirante do Paranapanema²⁶. Hoje são 37 cooperados, desses, cinco são assentados no Assentamento São Bento.

Já em 2010 e 2011 uma das ações da COCAPAR para melhorar as condições de acesso à modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar foi realizar uma parceria com uma farinheira da região. A parceria funciona da seguinte forma: os assentados produzem a mandioca, enquanto a farinheira realiza o processo de fabricação e embalagem.

²⁵ LE MOAL (2013).

²⁶ LE MOAL (2013).

Em setembro de 2011 cerca de 1.040 toneladas de farinha de mandioca foram vendidas para a CONAB²⁷.

No ano de 2012 a COCAPAR não acessou a modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar. Em 2013, segundo um cooperado entrevistado, a cooperativa quer voltar a acessar a modalidade Formação de Estoque e já enviou projetos para a modalidade CPR-Doação, e estão aguardando a aprovação.

4.2.2 Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema - Setor I

A Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema, Setor I, existe como grupo desde o início de instalação do Assentamento, sendo institucionalizada em 2005. Seu endereço consta como Setor I, Assentamento São Bento, no Município de Mirante do Paranapanema.

A Associação acessa o PAA há cinco anos e atualmente conta com 10 associados, sendo que vincula-se ao Programa pela modalidade CPR-Doação. Para o ano de 2013 a Associação elaborou um projeto para acessar a modalidade CPR-Doação contando com 14 associados. No momento está entregando alimentos somente para uma entidade do Município de Mirante do Paranapanema (Quadro 6). O transporte dos alimentos até a entidade é feito pela prefeitura de Mirante do Paranapanema.

Quadro 5: Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema - Setor I- Entidade Beneficiada e Município Atendido, em 2012

Entidades Beneficiadas	Categoria	Municípios Atendidos
Centro de Formação e Promoção Humana	Assistência Social	Mirante do Paranapanema

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

O contato com a entidade foi feito diretamente pela Associação. No início do acesso ao PAA, a Associação entregava leite atendendo um número maior de entidades, o que não deu muito certo, pois segundo o presidente da Associação, não estava sendo vantajoso e os laticínios estavam agradando mais. Nessa época a Associação contava com 22 associados e atendia um número maior de entidades, entregando apenas o leite. Atualmente a Associação

²⁷ Disponível em: < http://www.mda.gov.br/porta/portal/noticias/item?item_id=8392283 > Acesso em 30 abr. 2013.

ainda trabalha com leite, mas vende para laticínios. Para o mercado institucional a Associação através da CPR-Doação do PAA, vende hortaliças, tubérculos, cereais, frutas entre outros alimentos (Tabela 8).

Tabela 8: Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema Setor I - Quantidade de alimentos entregues para o PAA em 2012

Alimentos	Quantidade em Kg
Abacate Quintal	260
Abóbora	560
Abóbora Paulista	2.005
Abóbora Seca	1.423
Acerola	280
Alface Americana	880
Alface Crespa	740
Almeirão	960
Amendoim em casca	786
Banana Nanica	960
Batata Doce	1.440
Berinjela	959
Beterraba	157
Cenoura	639
Cheiro Verde	860
Chicória	629
Coco Seco	197
Coco Verde	279
Couve	596
Farinha de mandioca	1.235
Feijão comum Tipo 1 e 2	860
Jaca	865
Jiló Redondo	78
Mamão Formosa	960
Manga Hadem	400
Maracujá Azedo	840
Maxixe	680
Milho em espiga verde com palha	1.240
Nabo	142
Ovos de Galinha Vermelho	110
Pimentão Verde	250
Polvilho Doce	840
Quiabo	940
Rabanete	235
Raiz de Mandioca com casca	700
Repolho	678
Rúcula	577

Tangerina Ponkan	1.189
Tilápia Eviscerada (o)	620
Vagem Feijão corado	760
Total	28.549

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

Os alimentos mais vendidos da Associação ao PAA, em 2012, foram: abóbora paulista 2.005kg, batata doce 1.440Kg e em terceiro, milho em espiga verde com palha 1.240Kg. Apesar de ser uma Associação composta por poucos associados, a UNI Pontal em 2012 arrecadou R\$ 42.300,00, que dividido pelo número de associados resultaria em R\$ 4.230,00 per capita, teto máximo trabalhado por algumas associações.

4.3 As Associações no âmbito do PAA no Assentamento Margarida Alves

O Assentamento Margarida Alves, homologado em 2006, é resultado da perseverança de cinco anos de acampamento de famílias, vindas de diversas regiões e que se organizaram com o MST no Pontal do Paranapanema. Sua área atinge 1.203 hectares, distribuídos em 90 lotes. Os lotes são diferenciados para cada família. Os solteiros, na época da instalação ficaram com áreas de quatro hectares e os casados com lotes de 12 hectares. (LE MOAL, 2013). São noventa famílias assentadas, sendo como supracitado, 78 associados acessando o PAA por meio de duas associações, o que equivale, considerando um acesso por família, 86,66% das famílias.

Realizamos o trabalho de campo no Assentamento em 07 de Setembro de 2013 para a realização de entrevistas e registro de imagens. Também, já havíamos realizados outros trabalhos de campo com os membros do CEGeT, juntamente com o orientador. Nesse sentido, conseguimos extrair informações das duas Associações que estão atuando no âmbito do PAA no Assentamento, a Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA) e a Associação Girassol ambas fundadas em 2008.

4.3.1 A Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA)

A Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA) com endereço constando no Centro Comunitário do Assentamento, foi formada em 2008 no começo da implantação do assentamento. A Associação desde o início tem o intuito de se organizar para produzir, para comprar insumos, criar estratégias de comercialização da produção e acessar programas de habitação social. Segundo a tesoureira da Associação [...] *a partir dessa necessidade a gente se organizou e fundamos essa associação.* (D.G.V.D). A Associação acessa o PAA desde 2009 pela Modalidade CPR-Doação. No momento conta com 28 associados acessando o PAA por meio da mesma modalidade.

Em 2012 a Associação passou por um processo delicado. Acumulou contas e teve problemas com pendências jurídicas. Os associados entrevistados não detalharam esse assunto, o que também não insistimos para não causar constrangimentos que prejudicassem a qualidade das entrevistas. Essa situação embargou a Associação e impossibilitou que a mesma participasse do PAA durante um ano e meio, 2012 a meados de 2013. Segundo a associada [...] *nós ficamos um ano e meio bloqueado por denúncia de má aplicação do projeto, de falta de prestação de contas e aí fizeram uma denúncia e bloqueou nosso projeto, mas a nossa associação vinha desempenhando um projeto que eu acredito que era certo [...].* (MAG).

No momento a Associação está em processo de regularização com mudanças nos membros da diretoria, quitando as dívidas e reativando o acesso ao PAA com o projeto de CPR-Doação de 2013/2014 com a cota de R\$ 6.500,00 ao ano para cada associado. Para quitar as dívidas está sendo arrecadado 15% da cota de cada associado, até que a associação se regularize e, posteriormente, serão arrecadados 10% de cada associado, o que já está constando em ata. Segundo a tesoureira: [...] *Então, como a gente teve um problema muito serio há um tempo atrás, que acumulou conta, era 15%. Ai depois a gente, já ta em Ata, para ver se volta os 10%. Mas acho que 10% da para manter.* (D.G.V.D).

Buscando organizar a produção coletiva e “tocar o barco”, a Associação está com um projeto de horta comunitária. Com maior participação das Mulheres o objetivo de formar a horta coletiva é produzir para vender ao PAA, acessar o PNAE, o PPAIS e vender nas feiras de Mirante do Paranapanema. Uma característica evidente na Associação é a força das mulheres, dos quatro membros que entrevistamos três são mulheres e duas delas participam da associação desde o início e ainda afirmaram que a maioria dos membros são mulheres.

Para contribuir com a produção, alavancar a Associação e visionar algo mais amplo, como montar uma cooperativa e trabalhar com a formação política dos associados, a Associação vem buscando estratégias em parceria com órgãos governamentais e institutos.

[...] tamo fazendo curso de capacitação, semana passada mesmo tivemos um oficina do PAA com um técnico do ITESP, desde a aplicação do projeto a qualidade da produção. Agora a gente tem esse entendimento de avançar para outras modalidades do Programa e buscar projetos também com os presídios. (M.A.G)

Em todas as entrevistas ficou claro que não só os membros da diretoria, como também os associados sentem a necessidade de que a Associação deve tomar um corpo maior e que os mesmos têm que se organizar resgatando o sentido da organicidade, praticada na época de acampamento e implementação do assentamento. Uma das evidências é que a maioria dos associados que fazem parte da diretoria têm uma trajetória formada no MST. São sujeitos que em outros trabalhos e em vídeo-documentários²⁸ aparecem compondo a história do MST no Pontal do Paranapanema.

Algumas críticas ao PAA por parte da AAMA gira em torno da extração da DAP Jovem para que os filhos possam acessar o Programa, DAP Mulher para que as mulheres tenham maior autonomia, limite da cota por associado, questões que vamos discutir mais adiante, e da burocracia que o Programa exige com os alimentos embutidos e víveres.

[...] Eu acho que é assim, uma coisa que tem que burocratizar menos para nós é a questão dos industrializados em casa, eu tenho cultura de fazer, é uma forma se fosse mais desburocratizado era uma forma de melhorar de vida, de agregar valor, tempero! Pimenta seca, Salsinha desidratada, cebolinha desidratada, tem que ter, poderia pegar umas coisas bem feitinhas [...] poderia melhorar nessa questão, a do tempero, a do doce. [...] tem muita gente aqui que tem peixe, tanque de peixe [...] (D.G.V.D).

Para a entrega de alguns desses alimentos o Município de Mirante do Paranapanema tem que possuir o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) o que ainda não possui. Quando visitamos o Banco de Alimentos do Município obtivemos a informação de que o Município

²⁸ Tem Grilo no Pontal (1993) - Bernardo Mançano Fernandes; Cana no Pontal? (2008) - Antônio Thomaz Júnior

está se organizando para conseguir a capacitação e realizar o serviço. No entanto, entendemos que o SIM é apenas o começo para que alguns alimentos sejam regularizados e inspecionados, o que não viabiliza que todos os alimentos víveres, embutidos e de origem animal sejam vendidos ao PAA, pois para alguns são exigidos burocracias maiores.

Em relação aos alimentos embutidos, a Associação possui um grupo de mulheres que trabalham na produção de doces de leite, doces de polpa de frutas do quintal (maracujá, goiaba, coco, mamão) e nativas. Ainda, produzem licores de jabuticaba e de frutas nativas da reserva do Assentamento, por enquanto, apenas para consumo próprio.

Nessa conjuntura, também conseguimos extrair que o PAA é a alternativa para que a Associação continue atuando. Assim, o pensamento que sobressai é que o Programa é apenas o começo e que a Associação tem que buscar o acesso a outras modalidades do PAA e criar forças para acessar outros programas como o PNAE e PPAIS. Nesse sentido, quando indagamos sobre a possibilidade do Programa acabar, as respostas eram: [...] *Boa pergunta, eu não vou dizer que a associação vai acabar, mas enfraquece muito e desmotiva muito*[...] (D.G.V.D), outro membro [...] *Ia ser difícil, porque você imagina se cada assentado fosse entregar nessas cidades pequenas, não conseguem... aí muitos parariam de plantar, ia mexer só com o leite mesmo. Se parar ia quebrar meio mundo.* (A.C.S).

4.3.2 A Associação Girassol do Assentamento Margarida Alves

A Associação Girassol foi criada em 2008 com intuito de organizar os assentados para buscar meios de compras coletivas de insumos, de comercialização de produtos, acessar créditos, programas de habitação e se organizar enquanto uma instituição política. Contudo, na época a principal demanda era acessar os programas de habitação, tendo em vista que o assentamento estava em processo de construção e as casas nos lotes também. A Associação começou com mais de 20 associados que contribuíam com R\$ 1,00 por mês para a manutenção da Associação até que o PAA fosse acessado. Segundo a presidente da GIRASSOL:

[...] os sócios que entrou ficou contribuindo com um real para manter ela até formar o PAA, porque depois do PAA a gente tem o desconto que a gente desconta do pessoal e foi onde que a gente controlou, aí a gente abriu uma poupança da nossa associação, tem uma conta tem dinheiro em caixa[...] (M.L.S.L)

Com o acesso ao PAA em 2010 a GIRASSOL passou a angariar mais associados e hoje conta com 50 envolvidos na Associação e acessando o PAA pela Modalidade CPR-Doação. Os associados contribuem com 10% da cota do PAA para a manutenção da Associação, sendo o Programa o principal envolvimento da Associação.

No que concerne em atender a burocracia exigida para entrega dos alimentos, a Associação paga um escritório para a emissão de notas retirando do caixa R\$ 250,00 por mês, e o relatório de prestação de contas fica a cargo do tesoureiro da associação, no entanto [...] *ele disse que acha que não vai dar mais para fazer porque ele tá trabalhando na usina.* [...] (M.L.S.L). Mesmo envolvido com o PAA muitos camponeses ainda se vinculam em contratos trabalhistas com as usinas.

Para a entrega dos alimentos às entidades, a Associação conta com o apoio da Prefeitura de Mirante do Paranapanema, que uma vez por semana passa fazendo um circuito no Assentamento recolhendo os alimentos para levar até o Banco de Alimentos e posteriormente distribuir para as entidades. Já a logística dos alimentos dos lotes até a sede da Associação é feito pela presidente. As entidades que recebem alimentos da GIRASSOL são a maioria de Teodoro Sampaio-SP e uma de Mirante do Paranapanema. No entanto, a entrega em Teodoro Sampaio em 2014 pode estar comprometida, segundo a Presidente da Associação, só poderá ser feita se as entidades em Mirante não estiverem dando conta de receber a oferta de alimentos.

Em 2012 a GIRASSOL através da CPR-Doação beneficiou três entidades, sendo duas associações comunitárias de bairros e uma instituição religiosa (Quadro 7).

Quadro 6: Associação Girassol: Entidades Beneficiadas e Municípios Atendidos em 2012

Entidades Beneficiadas	Categoria	Municípios Atendidos
Associação do Centro Comunitário e Urbano de Mirante do Paranapanema	Associação Comunitária	Mirante do Paranapanema
Associação Comunitária Por um Teodoro Melhor	Associação Comunitária	Teodoro Sampaio
Igreja o Brasil Para Cristo	Instituição Religiosa	Teodoro Sampaio

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

Beneficiando três entidades no ano de 2012 a GIRASSOL conseguiu arrecadar do PAA R\$ 190.350,00 através da entrega de 198.695,00 Kg de alimentos (Tabela 9).

Tabela 9: GIRASSOL - Quantidade de Alimentos entregue ao PAA em 2012

Abóbora Seca	39.135
Alface Crespa	4.001
Banana Nanica	5.287
Batata Doce	5.000
Berinjela	6.000
Beterraba	4.806
Cebolinha	2.500
Cenoura	4.000
Feijão	4.200
Frango Vivo	15.000
Jiló	4.000
Mamão	3.012
Maracujá	2.417
Maxixe	3.304
Melancia	7.500
Milho	10.575
Pepino	7.690
Pimentão Verde	4.028
Quiabo	2.350
Raiz de Mandioca	59.999
Rúcula	1.250
Tomate	2.641
Total	198.695,00

Fonte: CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

São 23 tipos de alimentos e, seguindo a tendência das outras associações, destacam-se a raiz de mandioca com 59.999 Kg e a abóbora seca com 39.135 kg. Ganha destaque a entrega de frango vivo com 15.000 kg, o que destoa em relação às outras associações, no entanto esse

alimento está sendo proibido de ser vendido sem o abatimento que exige uma série de normas, inspeções e controle de qualidade.

Contudo, percebemos que as hortas dos associados da GIRASSOL ganham destaque na produção, pois em nossas visitas todos os lotes tinham uma horta que visionava a alimentação primeiramente e posteriormente o PAA. No entanto, como as hortas na maioria delas são compostas por hortaliças, nos dados disponibilizados pela Conab esses alimentos não aparecem em destaque porque são adquiridos, como já supracitado, por quilogramas e não por pé como vendido comumente pelos camponeses.

No que concerne à busca por acesso a outros programas como o PNAE, a presidente da associação indagou:

[...] um tempo atrás o ITESP fez uma reunião aí e nós achamos muito complicado, porque, aquilo lá é individual, se eu quiser ir lá eu faço, mas nós não tá preparado para dar conta daquele projeto não. Porque é mais legumes e tem que ter padrão e nosso pessoal não tá pronto para isso não, pode até ter uns dois três, mas eu acho que o restante não está não, pelo que a gente vê aí eles não estão preparados, a gente tem que se preparar para depois entrar num projeto desse porque senão não dá conta não. (M.L.S.L)

Essa situação reforça que o PAA está sendo o ponto inicial para o acesso há outros programas, no entanto as burocracias e os padrões exigidos ainda são um agravante. Nesse sentido, as exigências de alimentos padronizados e com aspectos “agradáveis”, o que não garante que sejam saudáveis, pois a maioria dos alimentos padronizados hoje no mercado tem em sua composição parcelas de venenos, adubos químicos e hormônios, acabam sendo uma contramão para os camponeses e uma agravante para a Soberania Alimentar com propósitos de uma produção agroecológica. Nesse sentido, muitos dos associados da GIRASSOL utilizam veneno, adubos químicos nas plantações ou para a preparação do solo. No entanto, em alguns espaços das hortas já formadas os associados indagam que não utilizam.

No que concerne às decisões políticas da Associação, estas são decididas em assembleias com todos os associados, de acordo com a necessidade, não tendo um período fixo de reuniões. Quando existem demandas urgentes, como recolhimento de assinaturas, a presidente da Associação percorre os lotes de cada associado. Percebemos que a presidente da Associação é bem solícita, no entanto sobrecarregada.

É meio puxado, mas compensa. Eu já quis sair, porque esse ano eu tinha que sair, porque é só quatro anos, depois de quatro anos tem que sair, aí eu teria que mudar o estatuto para continuar. Aí o pessoal não quis que eu saísse, aí nós tivemos que mudar tudo para eu continuar, por mais quatro aí depois eu já não posso mais, aí alguém vai ter que assumir, porque senão acaba tudo. (M.L.S.L).

Nesse sentido, entendemos que os associados tem uma grande dependência da Presidente, pois a mesma toma a frente de tudo e tem na consciência que se a mesma passar o cargo pode ser que a Associação acabe. Esse é um dos limites das Associações envolvidas com o PAA.

5. AS ASSOCIAÇÕES NO ÂMBITO DO PAA: ESTRATÉGIAS, LIMITES E SUBORDINAÇÃO

As associações, no universo dos assentamentos, podem ser entendidas como formas de organização dos trabalhadores, para viabilizar a união entre os mesmos, buscando formação política, integração de informações, de trabalho, de produção, como também, a criação de estratégias para compra de insumos, de acesso às políticas públicas (de crédito, de habitação, de aquisição de alimentos) e possibilitar acordos com o mercado local, afirmando assim a reprodução social nos assentamentos em diversos seguimentos²⁹.

Nesse sentido, em nossas pesquisas junto aos assentamentos, associações e através das entrevistas com seus dirigentes e associados, e representantes dos movimentos sociais, já estamos colhendo informações que podem nos dar respaldo para discutir elementos novos das características das associações que estão atuando, incisivamente, no acesso a instrumentos de políticas públicas de aquisição de alimentos, no caso o PAA, o que não inviabiliza a atuação em outras dimensões, contudo, estamos compreendendo que a “bola da vez” é o PAA. Nessa conjuntura, é que estamos compreendendo as estratégias, limitações e à subordinação das associações ao PAA no Pontal do Paranapanema.

Podemos afirmar que estamos identificando as dificuldades de operacionalização por parte das associações para atender a demanda dos camponeses associados e de outros que querem se associar para acessarem o PAA. São poucas associações para muitos interessados que querem se associar e as que estão em ação, operam no limite. Segundo o coordenador do setor de produção do MST, no Pontal do Paranapanema, são mais ou menos 100 associações que estão acessando o PAA, mas não estão dando conta da demanda.

São muitos os fatores que estão relacionados a esta problemática e podemos começar problematizando a discussão que está comparecendo durante as entrevistas, trabalhos de campo, reuniões e seminários, sobre o “medo” dos sujeitos em constituírem associações e administrá-las.

No Pontal do Paranapanema há um histórico de cooperativas e associações que não deram “certo” devido a impasses políticos e supostas pendências jurídicas, financeiras em nível federal. Podemos citar o exemplo da COCAMP e da Associação Amigos³⁰, com sedes

²⁹ Cf. OLIVEIRA, 2010 ; NEVES, 2008

³⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u510428.shtml>> Acesso em 19 out. 2013.

no município de Teodoro Sampaio-SP, ambas com o envolvimento de José Rainha, ex-dirigente regional/nacional do MST nacional e formador de grupos dissidentes do MST.

Esses fatos se somam a outros e rebatem na criminalização do Movimento, como também inibem o ingresso e participação de novos sujeitos que pretendem constituir associações ou cooperativas. No episódio, em 2009, da investigação da Associação Amigos, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), na época ministro Gilmar Mendes, disse que o governo não poderia disponibilizar recursos públicos para “*qualquer entidade ligada a invasões sob pena de ser responsabilizado por esses atos*”³¹.

Essas entre outras posições criam resistência por parte de alguns sujeitos que acabam por não participarem de projetos que tem o envolvimento do MST. Nesse sentido temos que lembrar que no Pontal do Paranapanema o MST é um dos principais articuladores de projetos e no momento vem prestando assistência, por meio da COCAPAR, às associações que estão acessando o Programa nos assentamentos.

Outra questão que influi nas limitações das associações é a de não possuir pessoas “capacitadas” para lidar com as exigências burocráticas da CONAB. Essa questão é muito delicada, porque qualquer deslize na prestação de contas, no recolhimento de assinaturas, pode ocasionar a não liberação dos repasses e, em consequência, o não pagamento aos associados. Sendo assim, seis das associações por nós pesquisadas pagam para terceiros a realização de tarefas que envolvem prestação de contas e emissão de notas. “*Na OMUS a gente paga um rapaz para fazer a prestação de conta pra nós*” (E.M.S).

Em entrevista junto ao tesoureiro da associação André Franco Montoro, quando questionado sobre o envio da papelada à CONAB, o mesmo respondeu: “*A gente mesmo envia, mas é o escritório que preenche tudo*”. (J.P.M). O presidente da associação Agropecuária Vale Verde asseverou: “*eu levo no escritório só para fazer a nota, eu faço o termo de recebimento para levar na entidade, todo o documento que a CONAB exige a gente faz e encaminha junto com a nota fiscal eletrônica*”. (V.T.S).

Essas entre outras funções ficam a cargo da diretoria das associações e muitas vezes, somente do presidente. Em nossas conversas e em participações de reuniões que envolveram vários dirigentes de associações e cooperativas, como no seminário “Gestão de Cooperativas”³², organizado pelo CEGeT por meio do Projeto “Práticas Agroecológicas no

³¹ Idem

³² Seminário realizado no dia 26 de fevereiro de 2013 nas instalações da Escola Estadual do Assentamento São Bento (Pé de Galinha) em Mirante do Paranapanema-SP.

Pontal do Paranapanema³³”, os mesmos estão reclamando da sobrecarga de responsabilidades e de desconfianças por parte dos associados.

Outra questão que está ficando a cargo das associações e que as mesmas estão enfrentando dificuldades é a logística, entre os locais de produção e a distribuição dos produtos nos locais de consumo. Das associações que tivemos contato, a OMUS, a GIRASSOL e a Uni Pontal estão conseguindo com que o transporte dos alimentos até as entidades seja feito pelas prefeituras de Rosana e Mirante do Paranapanema. Como em Mirante do Paranapanema há uma grande oferta de alimentos, devido ao grande número de associações a Administração Municipal está oferecendo, para algumas associações, o transporte dos alimentos da sede das associações até o Banco de Alimentos.

As outras associações fazem o transporte por meio de veículos dos próprios associados, que cobram das associações uma porcentagem para arcar com os gastos. Também temos que considerar que o transporte dos alimentos não acontece somente das associações até as entidades, mas também dos lotes até os pontos de coleta das associações e esse ato para a Lei que rege o PAA é considerado como ato cooperativo.

Quando perguntamos à presidenta da ARCA o que ela avaliava que o PAA deveria melhorar, a primeira resposta foi: *“Eu acho que ele deveria melhorar no transporte, porque a gente transporta com os custos da gente mesmo. Porque é cobrado 10% para manutenção do carro que leva”* (Z.F.G.A). Já a presidenta da OMUS, que recebe o auxílio da prefeitura de Rosana para o transporte, sobre a mesma questão, asseverou: *“Transporte, porque na verdade o que mata é o transporte, porque as verduras que chegam... então esse carro que vem, na época das férias é a van, senão na época das aulas vem a combi que dá 4 à 5 viagens”* (E.M.S).

Quando dialogamos com o coordenador do setor de produção do MST sobre a falta de assistência às associações a principal indagação foi:

[...] uma logística nessa questão das entregas, então precisa melhorar as entregas, acho que um diálogo com as Prefeituras que em alguns casos eles estão atendendo, eles estão colocando caminhão, mas na maioria não da conta de atender todas as associações, então acho que seria buscar ajuda do Governo Federal, projetos para compra de caminhões refrigerados, pequenos caminhões para que as associações pudessem ter autonomia de fazer esse trabalho [...] (C.M.S)

³³ Edital 58/2010 MDA/CNPq.

Entendemos que a questão da logística está se tornando um agravante para o funcionamento e continuidade das associações, pois, a grande maioria não possui veículos próprios, nem estrutura para armazenamento dos alimentos e tampouco estão recebendo auxílio por parte das prefeituras e muitos menos da CONAB. Para manter as associações em funcionamento as diretorias estão sendo obrigadas a realizar esse serviço de forma precária e ao mesmo tempo tendo que se responsabilizar pela entrega dos alimentos às entidades com a mesma qualidade e aparência que saem dos lotes.

Esses desafios estão evidenciando as dificuldades que as associações estão tendo para se manter. Entendemos que essa conjuntura expressa claramente a falta de assistência por parte do Estado às associações e a omissão por parte do grupo gestor do PAA em criar alternativas para que as Associações sejam melhores atendidas e estruturadas. Nesse sentido, é que vem o questionamento, qual está sendo de fato o papel das associações no âmbito do PAA ?

Essa problemática expressa o que estamos entendendo como a subordinação das Associações as demandas do Estado por intermédio do PAA. As associações necessitam do PAA para continuarem funcionando, e o Estado as “mantém” de forma precária, porque delas também necessita, todavia, não possibilita que as mesmas se tornem autônomas, ou seja, “mantém”, para *manter*. Segundo Guerra (2010, p. 155) A dependência é fator que dificulta o exercício de práticas emancipatórias, mantendo este programa nas mesmas perspectivas adotadas pelas políticas conservadoras historicamente observadas no Brasil.

Assim, as associações suprem as demandas que não são atendidas pelas instituições, órgãos e ministérios, ou seja, são verdadeiros braços ligados ao corpo doente. Nesse sentido, Neves (2007, p.216) em estudo em assentamentos no Rio de Janeiro buscando compreender os constrangimentos enfrentados na organização associativa destaca que:

Como as associações complementam a prestação de serviços por instituições públicas e privadas, elas são de fato braços capengas, provisórios e descontínuos de programas inexistentes ou ineficazes. Os agentes vinculados diretamente ao exercício de políticas públicas se alimentam de proposições e até de concorrência por modelos de integração, mas não precisam dar provas da competência e da eficácia, posto que, indiscutível ou inquestionavelmente, explicam os constrangimentos pelos efeitos da inadequada postura política de associados e seus dirigentes.

Essas contradições desfavorecem o envolvimento das associações em outras dimensões de cunho político, formador/informador e participativo. Assim, a participação dos associados acaba sendo voltada, somente, para o acesso ao PAA, tanto que, muitas associações começam a ter “dono”. Deparamos-nos em conversas informais com frases do tipo “*Sou da associação do fulano*” e “*E, eu entrego na associação do ciclano*”. São manifestações que para nós expressam o não sentimento de pertencimento daquele determinado grupo, enquanto construção participativa e organizativa. Ainda, segundo Neves (2008, p.216):

Enfim, contraditoriamente, as políticas e os programas estatais não operam na valorização do associativismo porque recorrentemente não se abrem às demandas elaboradas por projetos políticos dos produtores. Pelo contrário, são instrumentos de imposição de regras e soluções, cujos critérios e prerrogativas estão longe do atendimento das necessidades e das correspondências às condições sociais de vida e de produção dos assentados.

Essa situação demonstra que romper com essa lógica por meio de associações, cooperativas, movimentos sociais, sindicais e outras organizações de cunho político e emancipador é um desafio para a classe trabalhadora, pois, a intenção do Estado é impor, e não atender as demandas, assim, transforma o sujeito em algo que ele não é. Nessa afronta é que pretendemos discutir no próximo tópico outras determinações que o PAA está impondo aos assentados de forma a complementar nossa crítica.

6. OS DESAFIOS PARA OS ASSENTADOS NA ÓRBITA DAS DETERMINAÇÕES DO PAA E A LUTA PELA/NA TERRA

Entendemos que é de suma importância insistir no entendimento do PAA, sobretudo por tratar-se de uma política pública que visibiliza as determinações e enquadramentos dos camponeses/assentados à sistemática produtiva e de comercialização, e ao mesmo tempo impõe novos desafios no tocante à continuidade das ações por parte dos trabalhadores e movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, no Pontal do Paranapanema. Se não bastasse, sabemos que essa luta é acrescida também pela luta na terra, na qual o PAA é um agente importante, porque também tem incentivado a retomada das atividades, particularmente por parte dos homens, na terra, no entanto, não diminuindo o fluxo para o corte de cana-de-açúcar. E ao mesmo tempo, vinculando as franjas do tecido social, com expressão nas camadas marginais e/ou empobrecidas, tanto no campo (assentados/agricultores familiares) distanciados da concorrência do mercado formal, e os trabalhadores desempregados e fragilizados pela crise estrutural do capital que esgarça cada vez mais os frágeis vínculos laborais com o mercado formal de trabalho. E é essa nova dinâmica territorial que se constrói no leito dessa política pública que também tem despertado nossas investigações, delineada por Thomaz Junior (2012b) como movimento territorial de classe, da classe trabalhadora.

Todavia os efeitos desmobilizadores da atração dos camponeses/assentados às determinações do Estado oferece um vasto campo de investigações, e é por meio desse leito que estamos sediando nossa investigação, para entendermos as contradições e fissuras que, no caso, o PAA, impõe quando exige metas, padronização da produção e disciplina no tocante às regras de convivência no âmbito do Programa. Esse formato da sociabilidade que redefine a organização da família camponesa na terra, que potencia o foco na produção de alimentos e, portanto, a viabilização do lote e por isso a realização de renda monetária contínua, coíbe a liberdade dos trabalhadores de se organizarem para a continuidade das lutas e reivindicações, contrapondo-se, não somente contra os grileiros, mas também, após 2005, diante do processo de expansão da agroindústria canavieira, contra o capital que se viabiliza territorialmente sobre as mesmas terras reivindicadas pelos trabalhadores sem terra. (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2011b).

No Pontal do Paranapanema, a reivindicação/ocupação das terras griladas e improdutivas para a criação de novos assentamentos rurais, e os enfrentamentos com o Estado para garantir a execução desses propósitos estão em "xeque". Somente as pesquisas poderão, *pari passo* o desenvolvimento do processo histórico e social, identificar o conteúdo dessas novas marcas das contradições que as políticas públicas estão impondo, mesmo considerando que o mérito da formulação, tanto em nível do fomento, quanto da viabilização da oferta de alimentos produzidos pelos produtores familiares, no caso, assentados/camponeses, oriundos da luta pela terra -, ser reivindicada pelo MST. É por dentro dessa órbita que poderemos entender e discutir com mais profundidade os novos papéis das associações e cooperativas, voltadas para a dinâmica produtiva/comercial, em detrimento das organizações, representadas pelos movimentos sociais, historicamente identificados com as lutas pelo acesso às terras griladas, pela criação dos assentamentos rurais, bem como as lutas de resistência na terra, afinadas, pois, à continuidade das novas ocupações. Para Thomaz Junior (2012a), esses são os elementos compósitos das fissuras e contradições impressos na dinâmica imposta pelo movimento territorial de classe.

7. LIMITAÇÕES E ENTRAVES IMPOSTOS PELO PAA

O que estamos apreendendo é que o PAA está sendo um importante instrumento de política pública, pois está possibilitando que os camponeses, assentados, vendam o que estão produzindo nos lotes e com isso está incentivando a diversificação da produção nos assentamentos. Os camponeses/associados têm a garantia de venda e muitos estão se libertando dos atravessadores, o que lhes confere mais rendimentos quanto ao trabalho dispendido. Além, é claro, de contribuir com a segurança alimentar de populações vulneráveis.

A esse respeito, nas entrevistas pudemos constatar algumas posições como a de membro da associação ARCA:

Eu achei que foi um projeto que deu muito certo. Eu nunca vi um projeto assim, nesses 27 anos que eu to dentro da Gleba, eu nunca vi um projeto que deu certo que nem esse, pra mim foi um dos maiores que deu certo. O governo querer ajudar a gente, que eu já vi foi um dos melhores. Se a gente tivesse mais ajuda, melhor era. (C.O.J.X)

E ainda, a avaliação de um cooperado da COCAPAR, no Assentamento São Bento:

O PAA em primeiro lugar contribui na diversificação de alimentos, porque sempre tentaram várias coisas, mas sempre em pequena escala. O PAA já ta sendo ao contrário, ele ta propiciando você a produzir um maxixe, toda cultura, ele ta propiciando um resgate cultural, na questão da produção, toda a diversificação [...] (I.C.B)

Porém, o PAA ainda apresenta algumas limitações e entraves que rebatem de forma direta nos assentados, que estão se organizando e criando estratégias para acessarem o Programa, e também aqueles que já estão organizados e acessam-no por meio das associações e cooperativas.

Para acessar o Programa como supracitado os camponeses têm que possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Para a emissão da DAP os camponeses devem procurar os órgãos responsáveis, no caso dos assentados, ITESP e INCRA, e estar munidos do CPF e de dados acerca de seu lote (área, número de pessoas residentes, composição da

força de trabalho e da renda, endereço completo). Além da DAP principal, existem as DAPs acessórias, no caso para identificar o (a) jovem filho (a) de agricultor (a) familiar e a DAP-Mulher para mulheres agregadas a família que não seja esposa ou filha: Ex: irmã, tia, cunhada, mãe, etc. No entanto, muitos encontram dificuldades para extrair a DAP principal.

Um dos fatores que emperra a emissão da DAP é a renda, pois para comprovarem os assentados têm que apresentar notas e/ou comprovantes fiscais do que foi vendido no ano anterior. Isso é um problema, pois os camponeses não têm costume de emitir notas das suas operações de vendas. Outro problema é a omissão por parte de alguns órgãos responsáveis, no Pontal do Paranapanema, como o INCRA e ITESP.

A posse da DAP está sendo uma das principais limitações de acesso ao PAA. Se o assentado não a possui, não consegue se cadastrar nas associações e, conseqüentemente, não pode participar do Programa. Essa é uma situação que demonstra que no Pontal do Paranapanema, um número maior de assentados poderia estar acessando o PAA e participando dessa *nova* malha de relações do tecido social que vincula trabalhadores marginalizados, de um lado, enquanto produtores de alimentos e, de outro, enquanto consumidores, atribuindo novo conteúdo geográfico ao movimento territorial de classe, da classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2012), e com isso colocando desafios para o entendimento da atualidade da segurança alimentar de populações em situações vulneráveis.

Outra questão que apareceu nas entrevistas e também consideramos relevante é o teto máximo permitido para a venda dos alimentos através da Modalidade CPR-Doação. Todas as associações que entrevistamos e que acessam o PAA por essa modalidade, afirmaram que cada assentado, cadastrado, até o ano de 2012 poderia vender no máximo, por ano, R\$ 4500,00 e que dividido por 12 meses, expressa o equivalente a R\$ 375,00.

[...] falta um aumento do teto, porque as pessoas que estão desde o primeiro ano, essas pessoas já estão habilitadas para entregar mais de R\$ 10.000 reais, ta entregando quatro e quinhentos, então falta o aumento do teto na visão do Movimento e das próprias famílias. (C.M.S)

Com poucos alimentos entregues os assentados estão conseguindo atingir a cota e apresentam receio em aumentar a produção para atender o PAA. Assentados que já estão acessando outros programas de compra institucional³⁴ de alimentos, já estão dizendo que o

³⁴ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) permite que o assentado arrecade R\$ 20.000 por ano.

PAA está servindo só como um complemento da renda e que não é vantajoso direcionar a produção para o mesmo, entregando apenas as “sobras” dos outros programas. Muitos também estão indagando sobre o congelamento do preço de alguns alimentos, o que também os coloca, enquanto fornecedores de alimentos para o Programa, diante de uma situação contraditória, porque não adianta aumentar o preço dos alimentos se não aumentar o valor do teto permitido por DAP. Podemos observar (Quadro 7) a comparação da cotação de preços por quilograma de alguns alimentos praticados na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e praticados no PAA. (Quadro 8).

Quadro 7: Preços praticados por quilograma no CEAGESP e PAA de alguns alimentos em 2013

Alimentos	Preços Praticados no CEAGESP por Kg.	Preços praticados no PAA por kg.
Abóbora Paulista	1,46	0,88
Abóbora Seca	1,86	1,00
Acerola	7,49	2,50
Alface Americana	1,27	1,50
Batata Doce	1,21	0,86
Raiz de Mandioca	1,07	0,55

Fonte: CEAGESP, 2013 e CONAB, 2013. Org. Leal, S.C.T

Para os projetos de 2013/2014 o valor da cota da CPR-Doação passou para R\$ 6.500,00 o que permite que mais alimentos sejam vendidos e a renda extra, seja aumentada. Nesse sentido, afirmamos que se a cota está aumentando é porque nos assentamentos há a produção de alimentos, e para os desavisados, para além da subsistência. No entanto, a compra desse excedente, por parte do PAA, não têm que ser barrada por burocracias que na verdade são impostas para, de fato, limitar o acesso.

8. O PAA E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA? E A SOBERANIA ALIMENTAR?

Eu entreguei o ano passado e não usei um veneno nas melancias que eu entreguei, mas às vezes faltou eu falar que essa melancia é produto da reforma agrária e não foi usado nenhum veneno, faltou mesmo escrever isso não foi usado veneno no plantio dessa mercadoria”. (I.C.B)

Certamente estamos enxergando a cena em que o PAA está atuando na órbita das Redes de Assistência Social, contemplando famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e possibilitando o comércio de parte dos alimentos produzidos no universo dos camponeses no Pontal do Paranapanema. O CadÚnico é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que tem: renda mínima mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos³⁵. (Figura 6).



Figura 6: Carteirinha (frente e verso) do CadÚnico em Mirante do Paranapanema-SP
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

³⁵ Mais informações em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>> Acesso em: 21 out. 2013.

Nesse sentido, devido a grande oferta de alimentos advindos dos Assentamentos, dois municípios no Pontal do Paranapanema, Teodoro Sampaio³⁶ e Mirante do Paranapanema, no ano de 2013 tomaram a iniciativa de criar Bancos de Alimentos. Os Bancos recebem os alimentos diretamente das associações/cooperativas fazendo o papel de intermediador entre associações de produtores e entidades consumidoras. Tivemos a oportunidade de visitar o Banco de Alimentos de Mirante do Paranapanema. (Figura 7).

Os alimentos chegam ao Banco e são fiscalizados e selecionados por variedade posteriormente são separados os *Kits* para serem distribuídos para as entidades. Cada entidade recebe alimentos no mínimo uma vez por semana. E a distribuição na entidade à população também é feita por funcionários do Banco e voluntários cadastrados na entidade.



Figura 7: Placa do Banco de Alimentos de Mirante do Paranapanema-SP
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Segundo a Assistente Social responsável pelo Banco [...]“no momento acho que tá tudo bem. As entidades tem aceitado, tudo melhor” [...] (E.G.O). Antes da criação do Banco as

³⁶ Banco de Alimentos Beneficia 1240 famílias. Disponível em: <http://www.teodorosampaio.sp.gov.br/index2.php?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&&id=125>. Acesso em: 04 nov. 2013

entidades recebiam os alimentos diretamente das associações/cooperativas. Assim, as entidades eram responsáveis pela fiscalização e distribuição dos produtos. Dessa forma havia reclamações por parte de algumas entidades que não estavam dando conta da fiscalização dos produtos, ou seja, não tinham voz para rejeitar produtos que apresentavam “qualidade” indesejada. Essa situação foi uma das impulsionadoras para a criação do Banco em Mirante. Segundo o Fiscal do Banco de Alimentos:

As próprias entidades melhoraram. O que ta acontecendo hoje, vou falar pra você; as entidades ta recebendo mercadoria e ficando parada e selecionada. Antigamente, como falei pra você, era o produtor que entregava quantidade, então cada entidade tinha seu número de produtor, tinha lugar que só entregava alface, em outro entregava o inhame, entregava a abóbora, entregava o quiabo, o tomate, a laranja, a fruta [...] (P.G)

Estamos compreendendo que por um lado os Bancos estão possibilitando uma melhora na distribuição dos alimentos e intervindo forte na fiscalização da “qualidade” dos mesmos, por outro, está impossibilitando que novas relações políticas sejam firmadas entre as associações/cooperativas e entidades, pois, com o tempo as associações/cooperativas não vão realizar nenhum contato com as entidades, inviabilizando as relações de diálogo em que se pode mostrar a produção nos assentamentos e ações políticas conjuntas.

Nessa conjuntura, entendemos ser necessária uma discussão do PAA na conjuntura da Segurança Alimentar e horizonte da proposta de Soberania Alimentar. Estamos entendendo Segurança Alimentar como o direito de *ser alimentado* (VALÉRIO, 2011) com quantidade, “qualidade” e regularidade, como também, política de manutenção de estoques públicos através da compra de alimentos produzidos em território nacional ou internacional, para atender a demanda de alimentos de populações em situação de insegurança alimentar, ou até mesmo para valorização de certos tipos de alimentos no mercado e posterior venda na intenção de obter recursos que sejam destinados novamente a compra de alimentos, sendo sua proposta de atendimento desde o nível familiar, local, regional, nacional e internacional. Também entendemos que a Segurança Alimentar atua através de políticas afirmativas de distribuição de renda para que populações marginalizadas obtenham o direito de prover a compra de alimentos.

Nesse sentido, o PAA como um instrumento de política pública atendendo uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, está atuando em uma via de mão dupla, o pobre do campo está produzindo alimentos para alimentar os miseráveis da cidade, ou seja, a

classe trabalhadora do campo produzindo para a classe trabalhadora da cidade, esta que aumenta as fileiras dos desempregados. Ou seja, uma política que está atuando em territórios considerados pela literatura como autárquicos.

Nessa conjuntura, em nossa jornada de pesquisa no Pontal do Paranapanema, estamos apreendendo que o PAA, para os camponeses, está possibilitando que parte dos alimentos produzidos nos assentamentos seja vendida. Nesse contexto, os camponeses estão dando maior valor aos alimentos da produção de quintal, antes os alimentos, excedentes, serviam de alimentos para os animais. Ainda, os camponeses estão tendo garantia de uma renda, mesmo que pouca, mas que soma com a renda da produção leiteira. Os camponeses, também, para ter maior aceitação dos alimentos pela Conab e agregação de valor dos produtos estão criando estratégias de forma artesanal de “beneficiamento” de frutas, como extraíndo a polpa da acerola, a polpa do maracujá e a polpa da manga.

Assim, a compra desses alimentos pelo Programa traz novas características ao Mercado Institucional. As aquisições são feitas sem processo licitatório e traz novas alternativas de venda da produção camponesa sem a necessidade, em partes, da dependência de atravessadores.

Para os pobres marginalizados, descartados do mercado de trabalho na cidade, o PAA, está contribuindo na complementação alimentar, o que não podemos negar que melhora a qualidade nutricional, pois está sendo inserindo na dieta alimentar semanal verduras, frutas, leguminosas, tubérculos e até mesmo alimentos lácteos. (Figura 8). Segundo a representante do Centro de Formação e Promoção Humana de Mirante do Paranapanema:

Melhorou a qualidade de vida. Melhorou tanto no centro de formação, como pras nossas famílias cadastradas. Hoje se você perguntar pra elas..., nós ficamos duas semanas sem entregá, não vinha de jeito nenhum, começaram a reclamar porque, é..., tem família que já, por exemplo, vai ao médico e ele passa uma alimentação mais balanceada, entendeu? Eles precisam disso. Pra eles compra não tem condições, porque que ganha um salário mínimo, toda semana pra ele comprar verdura, ele não tem. Então eles sentiram isso, eles já se habituaram na alimentação que tem verdura, legume [...] Já tá imbuído no dia-a-dia deles [...]. (F.A)



Figura 8: Kit entregue por família beneficiada pelo PAA em Mirante do Paranapanema-SP
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

A distribuição desses alimentos no Pontal do Paranapanema acontece durante, pelo menos, dez meses no ano se não houver nenhuma pendência entre os seguimentos da operacionalização do Programa variando os tipos de alimentos dependendo da época do ano.

Contudo, estamos percebendo que o PAA está atuando conforme a conjuntura e não mudando a estrutura. No Pontal do Paranapanema os camponeses ainda estão dependentes da compra de insumos dos grandes grupos nacionais/transnacionais agro-químico-alimentar e financeiros. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Assim, compreendemos que o Programa não cria autonomia ao camponês no processo de produção. Ou seja, atua como mais uma política pública engessada, que depende de outra, que depende da outra, e na maioria regrada pelos ditames da União Democrática Ruralista (UDR) e que estão, diretamente atreladas à proposta de desenvolvimento econômico imposto como o único. Como disse o coordenador do setor do produção do MST no Pontal:

Então eu acredito que o que falta mesmo é assistência técnica direcionada para o programa, principalmente na questão de horta e de frutas, então precisa de assistência técnica, pois não tem. A assistência técnica que está aí hoje mesmo do ITESP ou do INCRA ou de outra entidade que ganhou assistência técnica... não olha para esse programa com prioridade, então não

é atendido pela assistência técnica, alguns relances..., mas na maioria não é.
(C.M.S)

Nessa seara, o Programa não traz consigo um progresso técnico apropriado para a realidade territorial, não considera as diversidades culturais, os conflitos em todas as instâncias, não oferece recursos humanos que incentive a participação, que oriente, que de apoio administrativo e que contribua de forma efetiva para as estratégias de reprodução social nos assentamentos.

O PAA segue a lógica de oferecer pouco, no sentido de apaziguar as disputas e os conflitos de forma imediata, e mantém os camponeses subordinados. Assim, no Pontal do Paranapanema o Programa não cria condições para que o camponês, fornecedor de alimentos para os miseráveis da cidade, produza seu próprio insumo por meio de técnicas de produção orgânica, manejo agroecológico, produção integrada e ao mesmo tempo ofereça um alimento saudável, rico em vitaminas, livre de agrotóxicos e de transgênicos. É sabido que parte dos alimentos produzidos de forma orgânica estão sendo adquiridos com acréscimo de 30% no valor, e que o Programa tem comprado sementes tradicionais e as distribui para os camponeses produzirem alimentos, esta última não constatamos no Pontal, o que demonstra que estas ações ainda não contemplam a maioria e não é prioridade. Ainda, se considerarmos os escritos mais acima, não é só por essa lógica que o assentado vai começar a produzir de forma orgânica e muito menos agroecológica.

Nessa agrura, identificamos que o número de camponeses fornecedores que visitamos e entrevistamos que produzem as próprias sementes e mudas, é ínfimo, apenas um. Para eles não é vantajoso esperar a planta dar sementes, a muda formar como afirma a entrevistada:

Não, não. Se você fazer a muda... igual a gente entrega, uma semana que você fica sem comprar já da diferença, aí chega a hora de você entregar aí você já não tem. [...] Toda semana entrega. E tem que comprar a muda pra você entregar né. Se você for fazer a muda demora muito para ela formar e lá onde eles fazem a muda tem estufa né, nós já tentou formar aqui, mas não vai não, tem que ter estufa. (V.R.S)

Nesse contexto, o PAA está muito longe de atender e intensificar as iniciativas que atuam na produção em contraposição aos ditames do capital, cultivando sementes crioulas, diversificando espécies, produzindo alimentos confiáveis, com qualidade e que respeitem

efetivamente os hábitos alimentares e o direito de cada comunidade produzir no tempo do modo de produção camponesa e não no tempo que o Estado e o capital impõem.

Essas circunstâncias demonstram que o PAA está contribuindo em um “horizonte” longínquo do que estamos entendendo de uma proposta de Soberania Alimentar disseminada pela Via Campesina desde 1996, momento em que se discutia passados trinta e seis anos após a chamada Revolução Verde, novas alternativas para a produção de alimentos num ambiente marcado pela fome e pobreza extremas. (THOMAZ JR, 2006).

Para Eguren (2013, p.4) Soberania Alimentar:

[...] es el derecho fundamental de todos los pueblos, naciones y Estados a controlar sus alimentos y sus sistemas alimentarios y a decidir sus políticas asegurando a cada uno alimentos de calidad, adecuados, accesibles, nutritivos y culturalmente apropiados. Ello incluye el derecho de los pueblos para definir sus formas de producción, uso e intercambio, tanto a nivel local como internacional

Nesse entendimento é que estamos apreendendo que o PAA no Pontal do Paranapanema somente contribui com a venda de parte da produção camponesa e garante complemento da renda, porque agora é possível vender para o Mercado Institucional, sem o processo licitatório para que, populações em situação de vulnerabilidade alimentar *sejam* alimentadas e continuem a depender do Estado para ter acesso a alimentos básicos.

Nessa conjuntura, é necessário afirmar que a “Segurança Alimentar”, por meio do PAA no Pontal do Paranapanema só está sendo possível devido à produção nos assentamentos, pois as terras que poderiam ser territórios de produção de alimentos estão sendo alvo da territorialização do agronegócio canavieiro. Em 2002 no Pontal do Paranapanema a área de cana plantada era de 70.305 ha, já em 2007 subiu para 467.572 ha. (THOMAZ JR, 2009).

Essa situação demonstra que no período 2002 a 2007 a territorialização da cana-de-açúcar em áreas de pastagens, terras de culturas (perenes ou anuais), terras com pendências jurídicas, terras devolutas já decretadas, terras com ações discriminatórias em andamento e até mesmo em terras particulares apresentou um aumento aproximado de 567% para o Pontal do Paranapanema. Essa espacialização conquistada pelo agronegócio sucroalcooleiro na Região do Pontal intensifica a disputa territorial por áreas que poderiam estar sendo objeto da territorialização de novos assentamentos rurais (THOMAZ JR, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como entendemos que a pesquisa é dinâmica e exige mais aprofundamento o que podemos afirmar através dos resultados preliminares, é que o PAA no Pontal do Paranapanema está possibilitando que parte da produção dos alimentos produzidos nos assentamentos seja vendida garantindo complementação da renda, incentivando a diversificação da produção e proporcionando que os assentados atribuam valor nos alimentos produzidos no quintal dos lotes. Ao mesmo tempo permitindo que a classe trabalhadora pobre descartada do mercado de trabalho na cidade, grupos em situação de vulnerabilidade alimentar como, acampados sem-terras, e as entidades de caráter assistencialista complementem os alimentos que compõem a cesta da dieta alimentar melhorando a qualidade nutricional.

No entanto, também estamos compreendendo que, no âmbito das determinações, imposições, subordinações, limites e entraves postos pelo PAA, a implementação do Programa no território dos assentamentos no Pontal do Paranapanema está se efetivando em meio às contradições e conflitos iminentes à ausência de política agrária e agrícola permanente destinadas para a agricultura camponesa, sendo, pois esse um dos principais desafios para a ampliação e consolidação do Programa.

Nesse sentido, entendemos que para o PAA, no Pontal do Paranapanema, no cenário dos assentamentos, se tornar uma política efetiva deve compor em sua estrutura de operacionalização um progresso técnico que respeite as diversidades territoriais, frentes que atuem no sentido de resgatar as iniciativas de organização dos grupos locais, invista em recursos humanos, administrativos e jurídicos voltados para atender as demandas dos assentados, das associações/cooperativas no sentido de contribuir com a autonomia das mesmas, realize atividades que de fato afirme e intensifique as iniciativas de produção de alimentos livre de transgênicos, livre de agrotóxicos com bases agroecológicas em um ambiente não agroecológico, crie mecanismos de reconhecimento por parte dos beneficiários que recebem alimentos produzidos pelos camponeses e realize ações estruturantes que resgate o camponês do trabalho assalariado no corte da cana-de-açúcar e os jovens que estão indo para a cidade. O Desafio está posto!

Nessa conjuntura, e compreendendo que o desafio posto ao PAA não está na agenda política do Estado, as imposições postas aos camponeses perante o Programa os subordinam

regendo a vida camponesa e as estratégias de luta na terra e pela terra. Sendo, pois um desafio por parte das organizações sindicais, movimentos sociais e grupos organizados criarem forças estratégicas que rompam com a autonomia mascarada/camuflada dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora em detrimento do projeto de desenvolvimento único imposto pelo grande capital sobre a égide do Estado.

Nesse sentido, também compreendemos que a pesquisa não acabou e que a mesma demonstra novos horizontes. Adentrar no grupo de pesquisadores de políticas públicas de aquisição de alimentos, mais especificamente, o Programa de Aquisição de Alimentos nos possibilita apontar que o mesmo sempre deve ser pesquisado pelo viés da crítica baseada na realidade trasposta e vivida pela classe que vive do trabalho. Essa classe que em sua reprodução social luta contra a subordinação em todas as ordens e estão se reproduzindo em meio às contradições. Não sendo dessa forma estaremos nos enganando, enganando, escondendo a realidade e contribuindo com as pesquisas que nada têm de atuação política crítica. Para nós a neutralidade já escolheu o seu lado, com certeza não o da classe trabalhadora.

Acreditamos que o que foi aqui demonstrado e discutido é apenas o começo. No entanto, um começo em que buscamos compreender o que está por de trás, o que está para além do aparente. Como já supracitado, a pesquisa é dinâmica e nesse sentido é que vislumbramos continuar nosso engajamento aprofundando o tema na pós-graduação buscando apreender novos elementos, contribuindo, primeiramente, para atender as reais necessidades da classe trabalhadora, ademais com o debate na Geografia, como também, para a elaboração de Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, H. M. **As controvérsias sobre a expansão dos agrocombustíveis no Brasil: o etanol**. Curitiba, 2008. (Inédito).

COLOGNESE, SA; MELO, JL. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: **Cadernos de Sociologia**, 1998. V. 9, p. 143-159.

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Base de Dados da Conab**: Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1133&t=2#this>> Acesso em: 06 nov.2013

_____.:Transparência Pública do PAA. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=2>>. Acesso em 06 nov. 2013

DATALUTA - **Banco de Dados da Luta pela Terra**. NERA, Presidente Prudente, 2012

EGUREN, F. ¿ Seguridad o soberania alimentaria?. **La Revista Agrária**, v. 14, n. 152, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.larevistaagraria.org/sites/default/files//revista/LRA152/LRA-152web.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

FELICIANO, C. A. **Território em Disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. p. 575, Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERNANDES, B. M. MST. **Formação e Territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224

GUERRA, J. S. **O Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Fome Zero: compensação ou emancipação?**. 2010. 185p, Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Pelotas.

HESPANHOL, R. A. M. Mudança na Concepção das Políticas Públicas para o Campo Brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). X Colóquio Internacional de

Geocritica, Barcelona. **Anais**, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xcol/programa.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região de Dracena. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre. **Anais**, 2009.

IOKOI, M.G.Z. *et al.* (Orgs). **Vozes da Terra**: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo. São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

LE MOAL, M. F. **Programa de Aquisição de Alimentos nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária**, Análise sob as Lentes da Multifuncionalidade da Agricultura. 2013. p. 135, Dissertação – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. São Paulo.

LEAL, S. C. T. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em torno da Luta pela/na terra no Pontal do Paranapanema – SP**. Relatório parcial de pesquisa FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2013.

LIMA, N. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu impacto no processo de desenvolvimento socio-produtivo de famílias assentadas**: estudo de caso no assentamento 17 de abril – Restinga –SP. 2011. 67 p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MARCOS, V. Tempo de semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI. In: Silva, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D.. (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Anpege/Annablume, 2006, v. 1, p. 203-220.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP): uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?**. 2007. 311f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp, Presidente Prudente.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, V.L.S.B, WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008. p.172 a 217.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**, 2010. 209 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. Agrocombustíveis e produção de alimentos. **Folha de São Paulo**, 17 abril, 2008, p.2. (Tendências e Debates).

SILVA, J.V.R. **Significados da Reforma Agrária em Bairros Periféricos de Presidente Prudente (SP)**: Uma Tentativa de Diálogo entre a Luta pela Terra e a Soberania Alimentar. 2012. 107 p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. **Revista Pegada**, v. 7, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

_____. Por uma cruzada contra a fome e o agrohíbrido - Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, v. 9, n. 1, out. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/02-9-1-ThomazJr.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Disputas Territoriais e Grilagem no Pontal do Paranapanema (SP) (Histórico de Lutas, Marco de Violência e Futuro Incerto!). **Relatório Direitos Humanos no Brasil**. 12ª Edição. São Paulo, 2011b.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, V.7, Nº 1, 2011c. p. 307-329.

_____. Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe). **Pegada**, Presidente Prudente, V.13, Nº2, 2012. p. 4-19.

_____. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013. pp.325-340.

VALÉRIO, V.J.O. **Alimentar ou ser Alimentado?** A Expansão da Agroindústria Canavieira e a Soberania Alimentar em Flórida Paulista/SP. 2011. 123p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VALÉRIO, V. J. O; THOMAZ JUNIOR, A. Por uma abordagem geográfica da Soberania Alimentar: a construção crítica de novos referenciais para a questão agrária. In: XI Jornada Do Trabalho, 2010, João Pessoa/PB. Anais da XI Jornada do Trabalho, 2010.

VELOSO, F. Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos no EDR de Dracena. I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço. 2010, Rio Claro. **Anais**, p.1606-1626.

VELOSO, F. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA**. 2011. 249 p. Dissertação – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VIANA, C.; VIEGAS, G. L. PAA – Evolução das Operações. In: **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**. Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola. Brasília: CONAB, 2009. p. 146 -154.

VIEGAS, G. L.; VIANA, C. A. dos S. **PAA: resultados das ações da Conab em 2011**. [2011]. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_07_23_11_42_24_sumario_paa_2011.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2013.

VIEGAS, G. L.; VIANA, C. A. dos S. **PAA: resultados das ações da Conab em 2012**. [2012]. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_02_07_08_31_25_sumario_executivo_07_02_13.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2013.

VIEGAS, G. L.; VIANA, C. A. dos S. **A Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos**. [2013a]. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_02_09_48_13_artigo_1.pdf> Acesso em: 07 nov. 2013.

VIEGAS, G. L.; VIANA, C. A. dos S. **Assentados Participantes do PAA, por município, nos anos de 2009 a 2012**. [2013b]. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_04_05_15_33_17_assentados_2009_2012.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2013.

WILKINSON, J. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo: Hucitec, 1989.

ANEXOS



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.817.264/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/06/2011
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO REGIONAL DE COOPERACAO AGRICOLA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO ROD ARLINDO BETIO KM 53 LOTE 04 SETOR 4 QUADRA O	NÚMERO 04	COMPLEMENTO PROJETO DE ASSENTAMENTO GLEBA XV DE NOVEMBRO	
CEP 19.273-000	BAIRRO/DISTRITO GLEBA XV DE NOVEMBRO	MUNICÍPIO ROSANA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/06/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **06/11/2013** às **15:55:54** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.778.320/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/04/2000
NOME EMPRESARIAL ORGANIZACAO DAS MULHERES UNIDAS DO SETOR II DA GLEBA XV DE NOVEMBRO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) OMUS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO ACAM ASSENTAMENTO GLEBA XV DE NOVEMBRO	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 12, QUADRA E	
CEP 19.274-000	BAIRRO/DISTRITO PRIMAVERA	MUNICÍPIO ROSANA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/04/2000	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **06/11/2013** às **15:52:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.175.445/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/06/2006
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO AGROPECUARIA VALE VERDE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO AGROPECUARIA VALE VERDE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO SIT CRISTO E O SENHOR	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LOTE 04 SETOR III QUADRAM	
CEP 19.273-000	BAIRRO/DISTRITO GLEBA XV DE NOVENBRO	MUNICÍPIO ROSANA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/06/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **06/11/2013** às **15:51:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.777.959/0001-87 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/12/2005
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO AGROPECUARIA ANDRE FRANCO MONTORO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO AGROPECUARIA ANDRE FRANCO MONTORO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO ROD ARLINDO BETIO	NÚMERO KM 63	COMPLEMENTO LOTE 06 QUADRA E SETOR 02	
CEP 19.273-000	BAIRRO/DISTRITO RURAL	MUNICÍPIO ROSANA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/12/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **06/11/2013** às **15:54:08** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.921.528/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/11/1998
NOME EMPRESARIAL COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO PONTAL - COCAPAR			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COCAPAR			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 214-3 - COOPERATIVA			
LOGRADOURO ROD ARLINDO BETIO	NÚMERO KM 0,6	COMPLEMENTO	
CEP 19.280-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TEODORO SAMPAIO	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **06/11/2013** às **15:49:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.752.878/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/11/2005
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DO UM PONTAL DO PARANAPANEMA SETOR I			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO ST I ASSENTAMENTO SAO BENTO	NÚMERO SN	COMPLEMENTO ZONA RURAL	
CEP 19.260-000	BAIRRO/DISTRITO NOEMIA	MUNICÍPIO MIRANTE DO PARANAPANEMA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **06/11/2013** às **15:41:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.635.587/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/06/2008
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS ASSENTADOS MARGARIDA ALVES - AAMA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DOS ASSENTADOS MARGARIDA ALVES - AAMA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO A COMUNITARIA DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 19.260-000	BAIRRO/DISTRITO CUIABA PAULISTA	MUNICÍPIO MIRANTE DO PARANAPANEMA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/06/2008		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **06/11/2013** às **15:45:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.594.829/0001-34 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/05/2008
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO GIRASSOL DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES DO MUNICIPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA ESTADO DE SAO PAULO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO GIRASSOL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO LOT ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 72	
CEP 19.260-000	BAIRRO/DISTRITO MARGARIDA ALVES	MUNICÍPIO MIRANTE DO PARANAPANEMA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/05/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Approved pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **06/11/2013** às **15:38:43** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Roteiro de Entrevistas junto a militantes de movimentos sociais

- Como está sendo a aceitação das famílias ao programa?
- Como o movimento avalia o programa?
- Estão acontecendo mudanças? Quais?
- Qual é o papel dos movimentos sociais frente ao programa?
- Qual é o papel do Estado como gestor do programa?
- O que o PAA deveria melhorar ?
- O Programa está interferindo no processo de luta pela terra?

Roteiro de Entrevistas junto aos camponeses que entregam para o PAA

- É assentado há quanto tempo?
- Quais as dificuldades para produzir e viver da renda do lote?
- Há quanto tempo acessa o programa, como fez para acessar e quais as dificuldades encontradas?
- Só vendem para o Programa?
- Qual é o papel da associação?
- Qual é a função do PAA?
- Vocês sabem quem recebe os alimentos e como fazem para receber?
- O que o PAA está contribuindo no assentamento, para a vida de vocês? Mudou alguma coisa?
- O que o PAA deveria melhorar?
- Se o PAA acabar vocês tem outros meios para vender os produtos?
- Faz parte de algum movimento social?

Roteiro de entrevistas junto aos representantes das Associações

- Como a associação foi formada?
- Como funciona esta associação?
- Quais as dificuldades para manter a associação?
- Como são escolhidas as entidades ou comunidades para doação dos alimentos?
- O que o PAA deveria melhorar?
- Se o programa acabar o que acontece com a associação?
- O que mudou na associação depois do PAA? (Fazer esta pergunta se associação se formou antes do acesso ao programa)

Roteiro de Entrevistas junto aos representantes das entidades beneficiadas

- Qual é seu nome e sua função?
- Qual é o nome da Associação e quando e como foi formada?
- Quais os processos para acessar a doação dos alimentos?
- Como foi o processo de escolha das associações que entregam os alimentos?
- As famílias sabem da origem dos alimentos?
- Quais são as exigências do programa (prefeitura, governo, CONAB. Etc.)?
- Como são escolhidas as famílias para doação dos alimentos?
- Mudou alguma coisa depois do PAA?
- Na sua opinião, qual é a função do PAA e o que ele deveria melhorar ?

Roteiro de entrevista junto aos representantes de Administração Municipal no Âmbito do PAA

- Qual é o seu nome e sua função?
- Quando essa estrutura foi formada e como é o funcionamento?
- Vocês dão apoio logístico as associações que entregam os alimentos ? Se não por quê? Se sim como? Para quais?
- Qual é o perfil das famílias ou entidades que recebem os alimentos? Como elas são cadastradas?
- A distribuição dos alimentos é feita em quantas vezes por mês e de que forma ?
- As famílias ou entidades que recebem os alimentos sabem da origem ?
- Na sua opinião, qual é a função do PAA e o que deveria melhorar ?